



RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

2025



FICHA INSTITUCIONAL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Marina Silva

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Mauro Oliveira Pires

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

Coordenadora-Geral de Governança e Gestão Estratégica
Roberta Freitas de Rezende Souza

Chefe da Divisão de Planejamento e Avaliação da Estratégia
Pedro Henrique Pereira Costa

REVISÃO DO TEXTO
Leonardo Bohn

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Pedro Henrique Pereira Costa

EDIÇÃO
Leonardo Bohn
Pedro Henrique Pereira Costa

FOTO DA CAPA: RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO TARAUACÁ
Camila Helena

EQUIPE TÉCNICA

Adriano José Barbosa Souza
Anderson Paz da Silva
Bárbara Alves de Oliveira Silva
Beatriz Tanzi Martins
Betânia Santos Fichino
Brenno Sergio Bolzan
Daniel Santana Lorenzo Raíces
Eduardo Mesquita Farah
Eliel Fontenele Silva
Elisabeth de Aguiar Bertaglia
Fernando Antônio Lyrio Silva
Fernando Tatagiba
Flavia Cristina Gomes de Oliveira
Freida Augusta da Costa Freitas
Gabriela Xavier de Abreu
Ivan Salzo
Igor Soares dos Santos
João Paulo Morita
Júlia Moana Ferreira da Nóbrega
Juliana de Barros Alves
Karla dos Santos Soares
Leandro Pereira Chagas
Leide Jane Vieira Abrantes
Lucas de Toledo Simões
Luciana Viana Faiad
Luisa Pacheco Andrade
Mackinley Lobato de Souza
Matheus Henrique de Sousa Mariano
Milena Stéfanie da Silva
Paula Daniele Matheus
Rafael Leal Garcia
Tatiana Mendonca Fajardo Goncalves
Tayna Amancio Facchinetti
Tiago Eli de Lima Passos
Vanessa Simas Figueiredo
William Raphael Bispo Cunha

Mensagem do Presidente



Mauro Oliveira Pires
Presidente do ICMBio*

O Relatório de Gestão Integrado de 2025 apresenta os principais resultados alcançados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no exercício, bem como os desafios que permanecem colocados para o cumprimento de sua missão institucional.

O ano de 2025 foi marcado pela implementação da nova estrutura organizacional do Instituto, aprovada ao final de 2024, e pelo esforço de alinhamento entre essa estrutura, o Planejamento Estratégico 2025-2027 e o novo Regimento Interno. Esse movimento buscou dar maior coerência entre as funções institucionais, a organização administrativa e as demandas concretas da gestão das unidades de conservação, em um contexto de crescente complexidade das agendas ambientais.

A reorganização institucional ocorreu simultaneamente à ampliação da capacidade de execução do Instituto. Em 2025, o ICMBio operou com o maior volume de recursos orçamentários de sua história e alcançou desempenho expressivo na execução de recursos de compensação ambiental.

Houve avanços relevantes na regularização fundiária, com destaque para a ampliação de incorporações de áreas ao domínio público, e na recomposição da força de trabalho, com o ingresso de novos servidores e a retomada de processos formativos estratégicos.

No campo finalístico, registraram-se resultados consistentes. Destaca-se a redução do desmatamento em unidades de conservação federais na Amazônia, a criação de novas áreas protegidas, o avanço no manejo integrado do fogo e a ampliação das ações de proteção e monitoramento da biodiversidade, incluindo o controle de espécies exóticas invasoras. Também se verificou a continuidade da expansão do uso público nas unidades de conservação, com crescimento da visitação e maior inserção dessas áreas na dinâmica econômica e social dos territórios em que se inserem.

Ao mesmo tempo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade avançou na agenda de apoio às comunidades tradicionais e na implementação de políticas voltadas à inclusão socioproductiva, reafirmando o entendimento de que a conservação da biodiversidade deve estar associada à valorização das populações que vivem e interagem com esses territórios.

Os resultados alcançados em 2025 não afastam os desafios estruturais que historicamente condicionam a atuação do ICMBio: as restrições orçamentárias, a necessidade de recomposição e qualificação da força de trabalho e a complexidade dos territórios em que a autarquia atua. Esses desafios tornam ainda mais necessária uma atuação fundada em planejamento, definição clara de prioridades e coordenação institucional em alto nível. Soma-se a isso um ambiente político e institucional em que a agenda ambiental segue sendo objeto de disputas e pressões de diferentes naturezas.

É nesse contexto que se reafirma a missão institucional do ICMBio, “cuidar da natureza com as pessoas”, como diretriz para a atuação do Instituto. Trata-se de uma orientação que exige a integração entre conservação, gestão territorial e diálogo democrático, apoiada em base técnica e científica consistente e em mecanismos de governança adequados.

Este Relatório de Gestão apresenta, de forma transparente, os resultados obtidos, os limites enfrentados e as perspectivas para os próximos anos. Ao fazê-lo, o Instituto reafirma seu compromisso com a integridade da gestão pública, com a prestação de contas à sociedade e com o fortalecimento contínuo de suas capacidades institucionais.

≡ ÍNDICE

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO	5
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	6
1. Conheça o ICMBio	12
2. Estrutura Organizacional	14
3. Relação com o Ambiente Externo	17
4. Transparência Institucional e Relacionamento com a Sociedade	20
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVA	23
1. Análise de Contexto	25
2. Gestão de Risco	26
3. Gestão de Integridade	27
4. Gestão da Informação, Governança de Dados e Transformação Digital	28
5. Perspectivas	29
3. GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA	30
1. Governança	31
2. Estratégia	32
3. Comissão de Ética	34
4. Procuradoria Federal Especializada.....	34
5. Atuação Correicional	35
6. Controles Internos e Atuação dos Órgãos de Controle.....	36
4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	37
1. Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos e às Prioridades da Gestão	38
2. Gestão de Pessoas e Competências	52
3. Gestão da Tecnologia da Informação	54
4. Gestão de Licitação, Contratos e Patrimônio	56
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	59
1. Demonstrações Contábeis do ICMBio	60
2. Artefatos Contábeis	66
6. CONVITE À SOCIEDADE	67



MONUMENTO NATURAL DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO
Acervo ICMBio: Canindé Soares

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

Este Relatório de Gestão Integrado apresenta os destaques da atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no exercício de 2025, evidenciando os principais resultados alcançados a partir da implementação da estratégia institucional e dos mecanismos de governança estabelecidos e como esses contribuíram para a geração de valor público.

A elaboração do documento, na forma de Relato Integrado, observa as orientações da Instrução Normativa nº 84, de 22 e abril de 2020, e da Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, ambas do Tribunal de Contas da União - TCU, que dispõem, respectivamente, sobre a prestação de contas anual e o conteúdo do Relatório de Gestão.

A construção deste Relatório reflete o contínuo processo de aprendizagem e aprimoramento das práticas e dos processos institucionais implementados para o cumprimento da missão da Entidade.

Como navegar neste relatório

Este Relatório de Gestão Integrado foi estruturado para **permitir acesso ágil às informações** estratégicas, resultados institucionais e instrumentos de gestão do ICMBio, reforçando o foco no cidadão e os princípios de transparência, conectividade da informação e rastreabilidade estratégica.

A navegação ocorre por meio do **menu fixo na parte superior das páginas**, conforme descrito ao lado:



Tempo de leitura do Relatório de Gestão Integrado: 70-80min

☰ Índice

Ao clicar no ícone, retorna ao **Índice Interativo do Relatório**, permitindo acesso direto aos capítulos, seções e subseções.



Macroprocesso da Cadeia de Valor

Refere-se ao macroprocesso institucional correspondente na **Cadeia de Valor do ICMBio**, anexo do Regimento Interno ([Portaria ICMBio nº 5.592, de 11 de dezembro de 2025](#)).

Dessa forma, é possível relacionar o resultado à estrutura organizacional e funcional.



Objetivo Estratégico

Indica a vinculação ao **Objetivo Estratégico** com maior aderência ao tema, conforme o Planejamento Estratégico do ICMBio para o período 2025-2027 ([Portaria ICMBio nº 1.164, de 1º de abril de 2025](#)).

Isso permite visualizar o enquadramento estratégico do conteúdo.



Saiba mais no ICMBIO.GOV.BR

Ao clicar no ícone, o leitor será direcionado ao site oficial do ICMBio, onde estará disponível o Relatório de Gestão Integrado com informações técnicas mais detalhadas, além de gráficos, tabelas e visualizações de dados que aprofundam a análise das ações e entregas apresentadas.



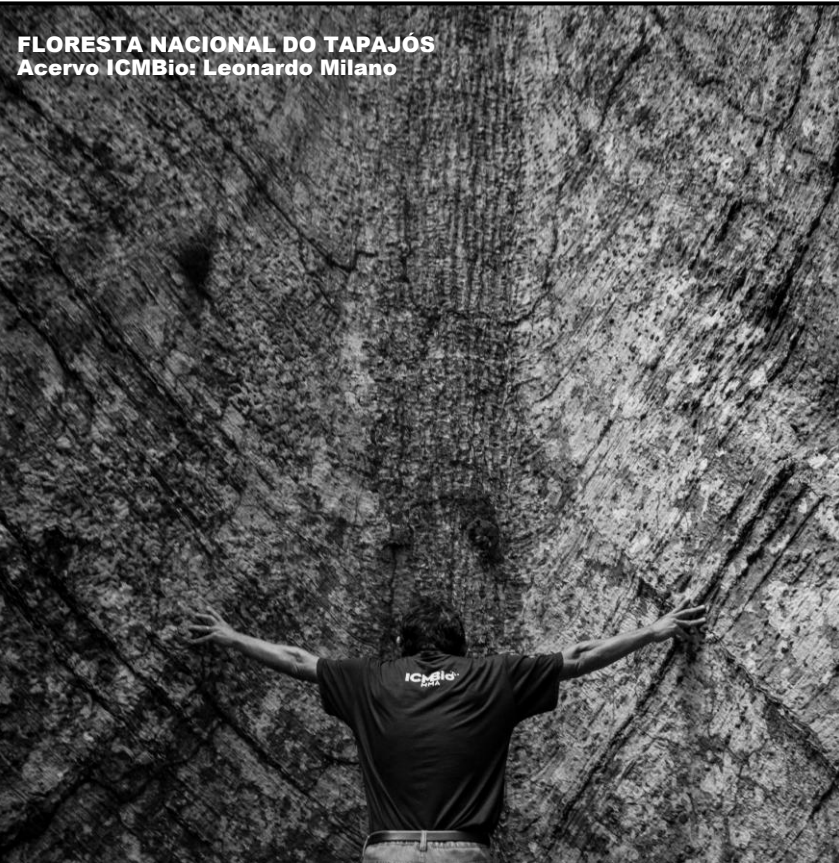
ESTAÇÃO ECOLÓGICA RASO DA CATARINA
Acervo ICMBio: Leonardo Milano



1

**VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL E
AMBIENTE EXTERNO**

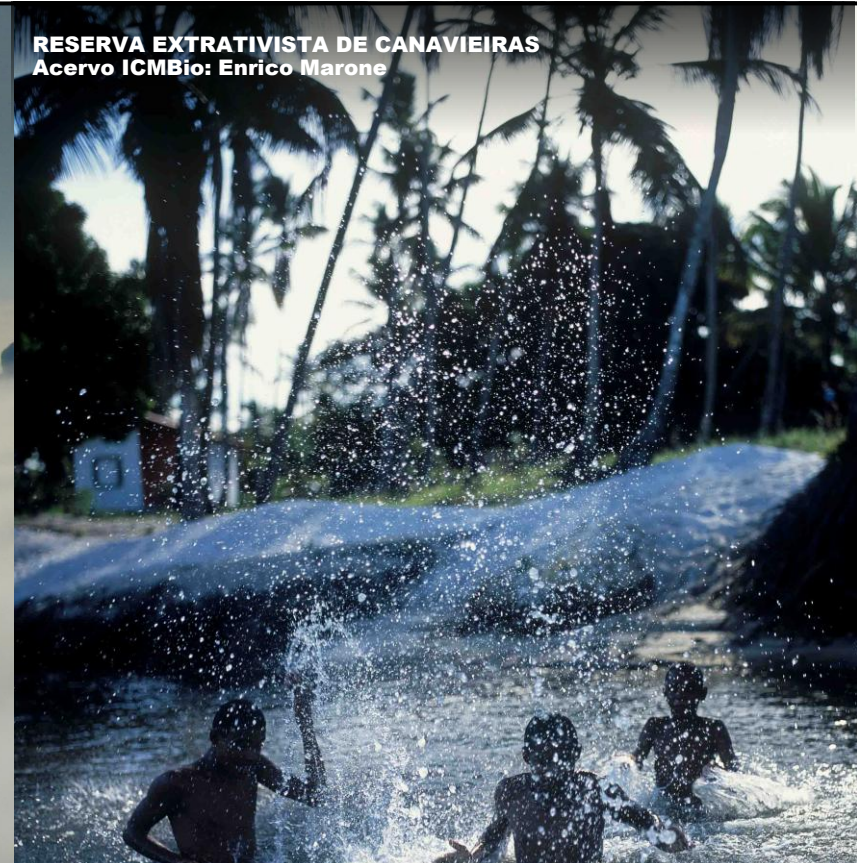
FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS
Acervo ICMBio: Leonardo Milano



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA
Acervo ICMBio



RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS
Acervo ICMBio: Enrico Marone



Missão

Cuidar da natureza com as pessoas

Visão

Integrar a biodiversidade e as Unidades de Conservação ao cotidiano das pessoas, promovendo sua valorização

Valores

Integração das diversidades biológica, sociocultural e de saberes
Compromisso com a justiça socioambiental e o bem comum
Técnica e tomada de decisão baseadas em evidências
Empatia, cooperação e responsabilidade ambiental
Comunicação assertiva e em linguagem simples
Comprometimento com as futuras gerações
Gestão pública com foco no cidadão

Números do ICMBio em 2025

9,2%

do território continental brasileiro sob gestão do ICMBio

25,7%

da área marinha brasileira, abrangendo a faixa de mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva, sob a gestão do ICMBio

5

Unidades de Conservação criadas em 2025, totalizando 142.980 ha nos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Marinho/Costeiro

815

Reservas Particulares do Patrimônio Natural de inscrição federal junto ao ICMBio com uma área total de 543,2mil ha

55%

Uso Sustentável

Área de Proteção Ambiental	38
Área de Relevante Interesse Ecológico	13
Floresta Nacional	68
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	4
Reserva Extrativista	68



45%

Proteção Integral

Estação Ecológica	30
Monumento Natural	6
Parque Nacional	75
Reserva Biológica	31
Refúgio de Vida Silvestre	11

Números do ICMBio em 2025

34%

Amazônia Legal

de queda no desmatamento em 2025, em relação ao ano anterior, conforme dados das cenas prioritárias

85,34%

das Unidades de Conservação tiveram pelo menos uma ação de fiscalização ambiental, totalizando 1.069 ações

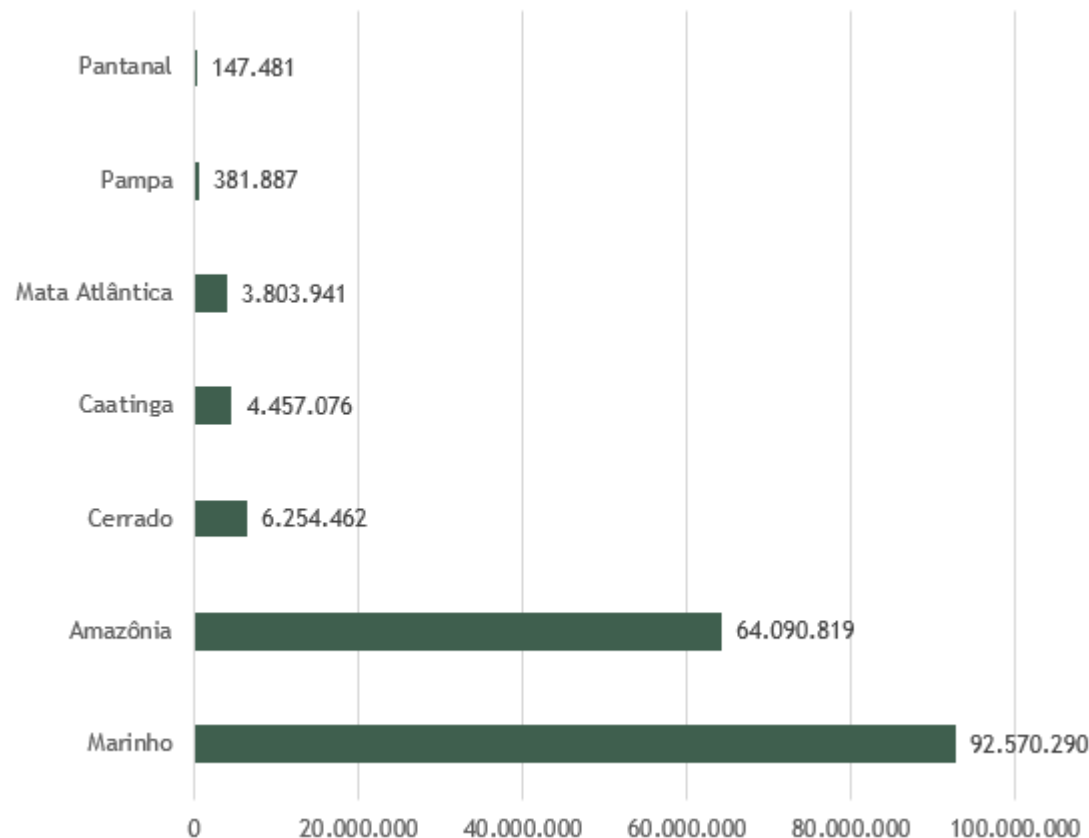
61%

das Unidades de Conservação com brigadas possuem Plano de Manejo Integrado do Fogo

276 mil

hectares com manejo de fogo (queimas prescritas, aceiros, queimas controladas, queimas por indígenas isolados)

Área (ha) de Unidades de Conservação Federais nos Biomas Brasileiros



Números do ICMBio em 2025

91%

das Unidades de Conservação com Conselhos instituídos

82%

das espécies ameaçadas com Planos de Ação Nacional - PAN

13.535.971

de visitantes em Parques Nacionais Federais

1.301

imóveis incorporados ao domínio público por meio de desapropriações e doações para compensação de reserva legal

65.175

famílias indicadas ao Programa Bolsa Verde

73%

das Unidades de Conservação com Plano de Manejo vigente

Números do ICMBio em 2025



98,8%

das respostas da Ouvidoria dentro do prazo

15,2 milhões

de visualizações dos conteúdos do ICMBio nas mídias sociais

(não incluindo as mídias sociais das Unidades de Conservação e dos Centros de Pesquisa)

1.073

eventos de capacitação de servidores realizados pela ACADEBio

92,7%

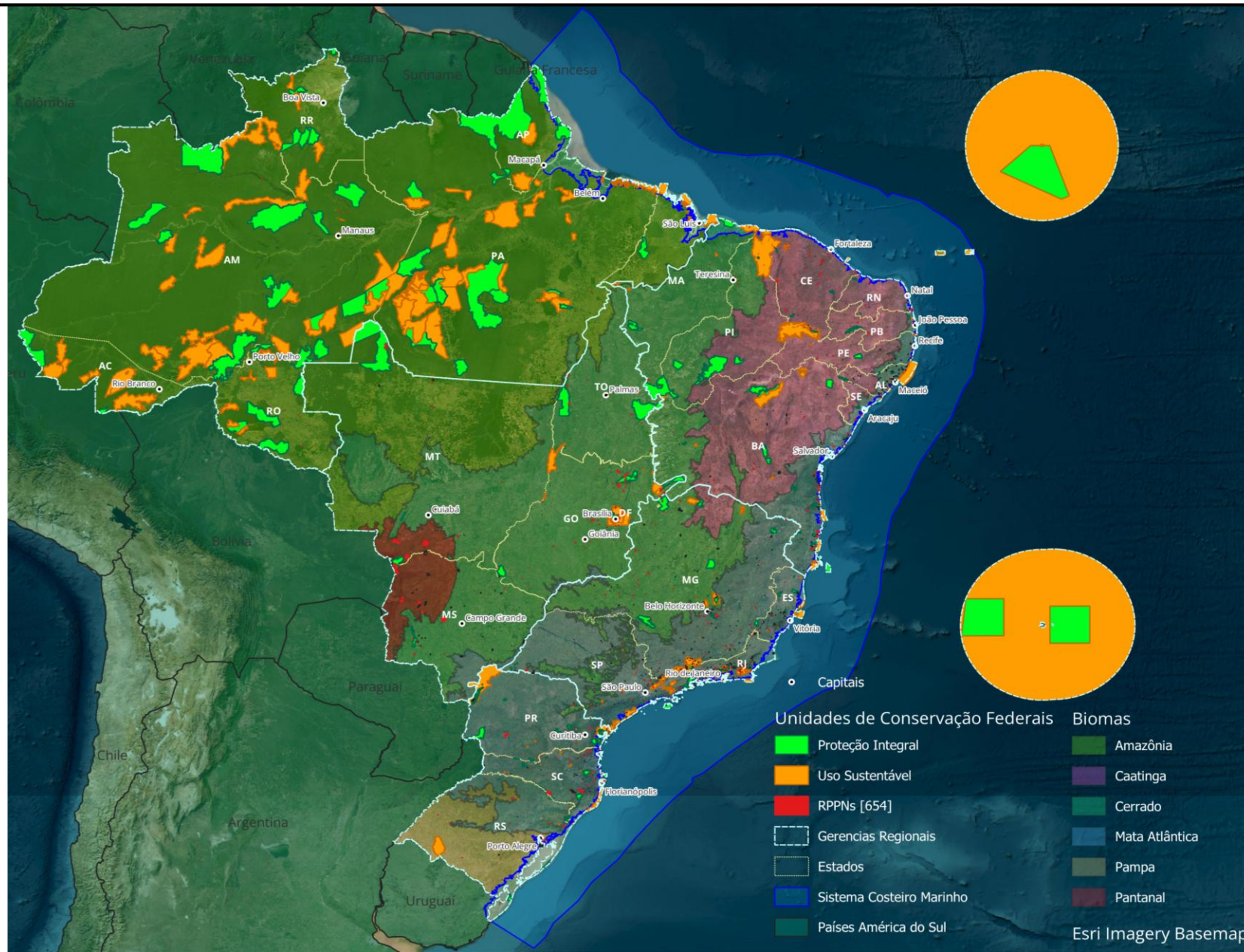
das Unidades de Conservação com recursos de compensação ambiental destinados ao fortalecimento da gestão

1.1 Conheça o ICMBio

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio é uma autarquia em regime especial, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama. Em 2025, o Instituto foi responsável pela gestão de aproximadamente 79,1 milhões de hectares terrestres (cerca de 9,2% do território continental brasileiro) e 92,6 milhões de hectares marinhos, abrangendo a faixa de mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva (aproximadamente 27,5% da área total), distribuídos em Unidades de Conservação - UCs federais presentes em todos os biomas brasileiros.

As Unidades de Conservação são áreas naturais instituídas para a proteção de recursos ambientais relevantes, assegurando a representatividade de ecossistemas, habitats e populações em diferentes regiões do país e nas águas jurisdicionais brasileiras. Além da conservação do patrimônio biológico, essas áreas permitem o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais e contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis nas comunidades do entorno, estando sujeitas a normas e regras específicas de gestão.

Nesse contexto, as Unidades de Conservação promovem a produção e a gestão do conhecimento, incentivando a pesquisa científica e o monitoramento da biodiversidade em articulação com os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, que fornecem suporte técnico-científico e contribuem para a sistematização e aplicação dessas informações. Esse trabalho conjunto fortalece a geração de evidências para a tomada de decisão e qualifica o planejamento e a gestão das áreas protegidas.



Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação

Os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio são unidades técnicas especializadas que conectam ciência e gestão ambiental, apoiando a conservação da biodiversidade no Brasil, especialmente nas unidades de conservação.

Eles produzem e organizam conhecimento científico sobre espécies e ecossistemas, permitindo orientar decisões públicas e ações de manejo com base em evidências. Esses Centros também coordenam iniciativas estruturadas, como os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - PAN para espécies ameaçadas, além de desenvolver orientações técnicas e apoiar a criação, o planejamento e a gestão de áreas protegidas.

Sua atuação inclui ainda a avaliação de impactos ambientais, o enfrentamento de desafios como espécies invasoras e conflitos entre fauna e pessoas, bem como o monitoramento de doenças em animais silvestres e o apoio a emergências ambientais.

De forma geral, os Centros desempenham um papel estratégico ao transformar conhecimento científico em ações concretas de conservação, contribuindo para a proteção da biodiversidade e para a construção de soluções que conciliam a preservação da natureza com as necessidades da sociedade.



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica - CEPAM



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental - CEPTA



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação em Biodiversidade e Restauração Ecológica - CBC



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros - CENAP



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Norte - CEPNOR



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste - CEPENE



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPESUL



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste - Tamar



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas e Xenartros - CPB



Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios - RAN

1.2 Estrutura Organizacional

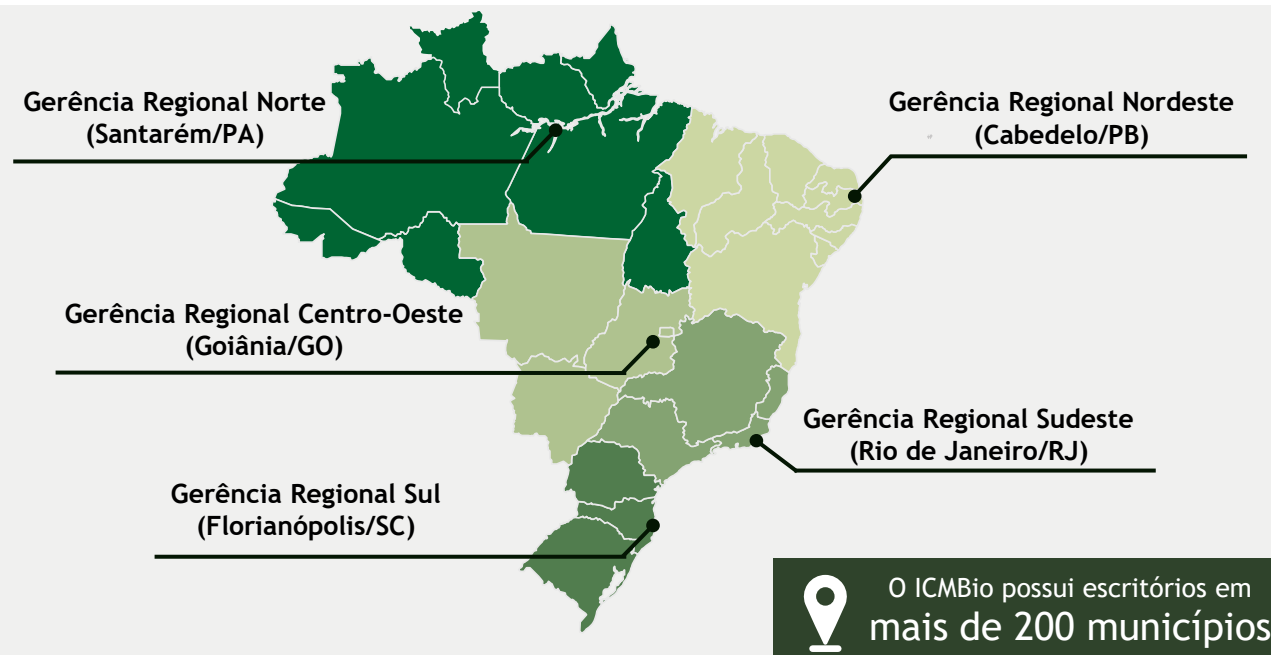
O novo Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi publicado no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2025, atualizando a organização institucional conforme a estrutura estabelecida pelo [Decreto nº 12.258/2024](#). Elaborado ao longo de 2025 com a participação das unidades organizacionais, o documento institui um modelo de gestão mais moderno, integrado e orientado por processos, com foco no aprimoramento da governança institucional, na melhoria da coordenação entre áreas e na geração de valor público para a sociedade.

Em todos os 26 estados da federação e no Distrito Federal encontram-se as 344 Unidades de Conservação federais e os 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação geridos pelo ICMBio. Essa presença territorial reflete a diversidade dos biomas brasileiros e o papel estratégico do Instituto na conservação da biodiversidade. A Autarquia possui sua Sede em Brasília e conta com cinco Gerências Regionais responsáveis por prover suporte técnico e administrativo às unidades de conservação, contribuindo para a articulação entre as instâncias de gestão e o fortalecimento da atuação territorial.

O Regimento Interno define as competências das unidades organizacionais e orienta o funcionamento da estrutura institucional, fortalecendo a articulação entre áreas e permitindo maior clareza e segurança para a atuação dos servidores. Ao estabelecer responsabilidades e fluxos organizacionais, o documento contribui para a padronização das atividades, para o aprimoramento da gestão e para o acompanhamento dos resultados institucionais, reforçando a integração entre planejamento, execução e monitoramento das ações do ICMBio.

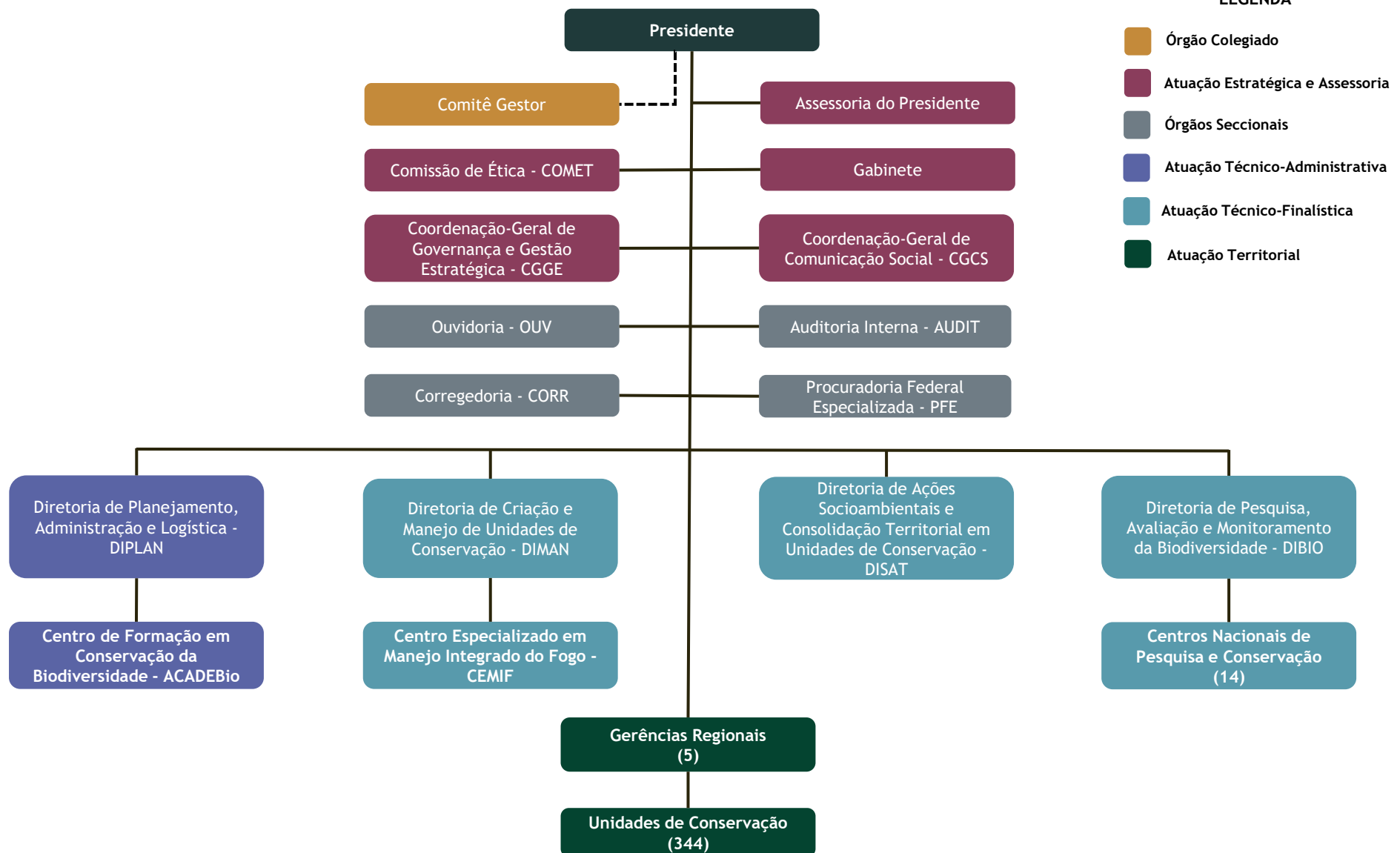
Políticas Públicas Aplicadas no Território

A gestão descentralizada do ICMBio, estruturada por meio das Gerências Regionais, constitui um elemento organizacional que viabiliza a atuação institucional em escala nacional, considerando as especificidades ambientais e sociais de cada região do país. Essa estrutura permite a adaptação das diretrizes estratégicas às dinâmicas territoriais, promovendo maior integração entre planejamento, execução e monitoramento das ações nas Unidades de Conservação. As Gerências Regionais exercem papel de articulação técnica e administrativa, apoiando a implementação de políticas públicas ambientais, o alinhamento com agendas governamentais e a interlocução com diferentes atores institucionais e sociais. Nesse contexto, as unidades de conservação operam como espaços de materialização dessas políticas públicas, onde se concretizam ações como as de proteção, uso sustentável, pesquisa e monitoramento, contribuindo para a conservação da biodiversidade e a geração de benefícios à sociedade.



Organograma

Tendo em vista a complexidade organizacional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o organograma apresentado neste Relatório de Gestão Integrado corresponde a uma representação simplificada de sua estrutura institucional. Essa opção decorre da amplitude de atuação do Instituto, de sua elevada capilaridade territorial e da diversidade de áreas temáticas e especializações que compõem sua organização. Nesse sentido, a representação gráfica busca evidenciar os principais níveis e relações estruturais, sem esgotar o detalhamento de todas as unidades e instâncias existentes, preservando a clareza da informação e a compreensão geral da estrutura organizacional.

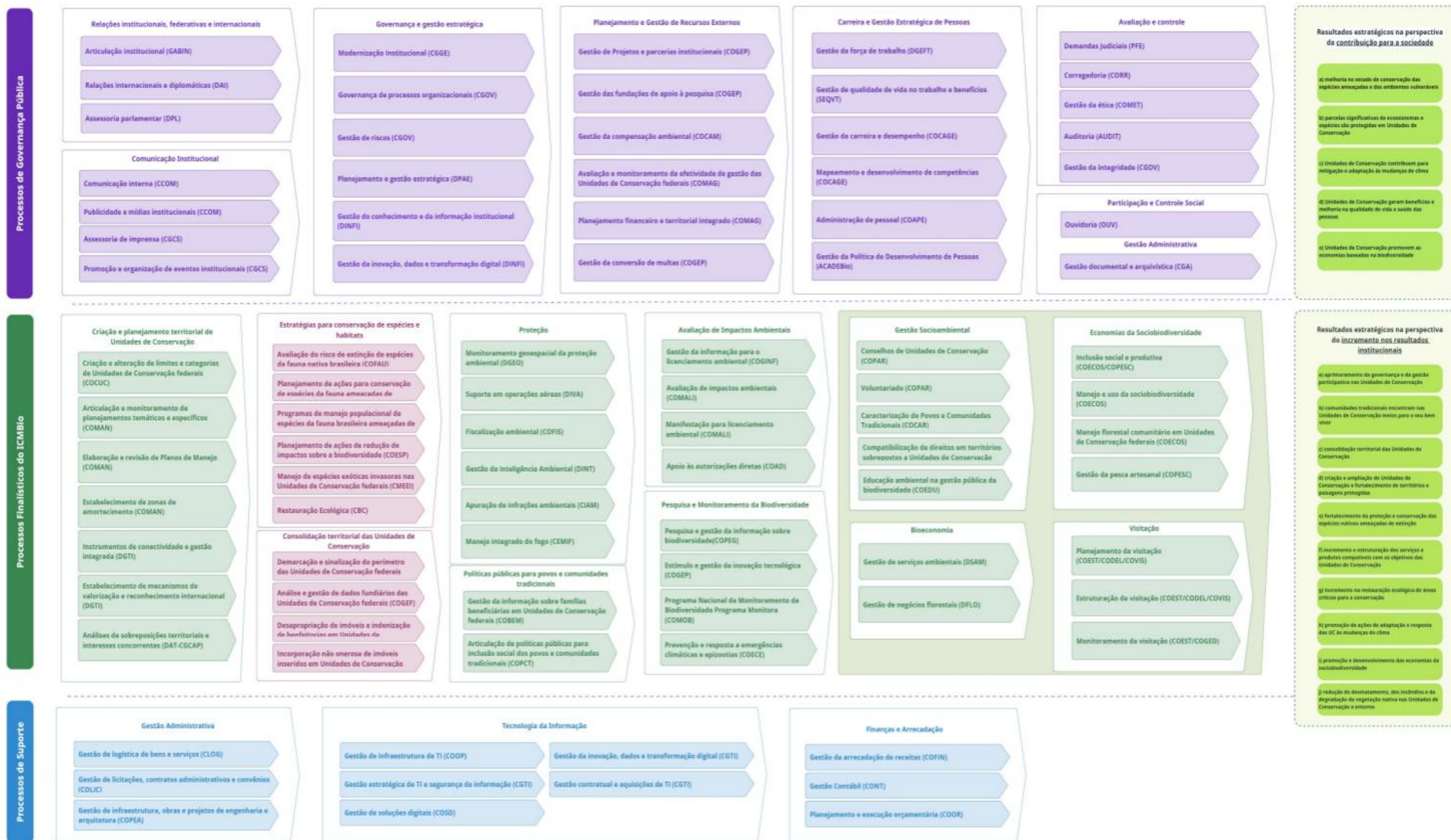


Cadeia de Valor

Uma entrega de impacto relevante no período foi o aprimoramento da Cadeia de Valor, conduzido no âmbito da Coordenação de Governança - CGOV, com ampla participação dos macroprocessos do ICMBio, passando a estruturar de forma integrada a atuação institucional. Essa entrega contribuiu diretamente para a elaboração do novo Regimento Interno, ao alinhar funções às atividades efetivamente desempenhadas, e para esforço institucional em andamento quanto ao Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT, permitindo uma análise mais objetiva da alocação de recursos humanos, com ganhos de eficiência e transparência na gestão do trabalho.

Adicionalmente, a Cadeia de Valor viabiliza o desdobramento do Plano Estratégico ao nível tático, fortalece os mecanismos de governança ao conectar estratégia, processos e resultados, e apoia a articulação com outros órgãos e políticas públicas. Ao traduzir a missão institucional em fluxos claros de planejamento, gestão e execução, evidencia como o ICMBio transforma recursos públicos em resultados para a conservação da biodiversidade e para a sociedade.

Adicionalmente, a Cadeia de Valor viabiliza o desdobramento do Plano Estratégico ao nível tático, fortalece os mecanismos de governança ao conectar estratégia, processos e resultados, e apoia a articulação com outros órgãos e políticas públicas. Ao traduzir a missão institucional em fluxos claros de planejamento, gestão e execução, evidencia como o ICMBio transforma recursos públicos em resultados para a conservação da biodiversidade e para a sociedade.



1.3 Relação com Ambiente Externo

O ICMBio articula sua atuação com instrumentos de planejamento e compromissos nacionais e internacionais que orientam políticas públicas e ações de conservação:



Plano Plurianual - PPA

Instrumento de planejamento federal que estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos.

O alinhamento do planejamento do ICMBio ao PPA garante coerência com as políticas públicas federais e orienta a atuação institucional com foco em resultados.



Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios

Instrumentos interministeriais que estruturam a política nacional de enfrentamento ao desmatamento nos biomas brasileiros.

Coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, organizam ações de monitoramento, controle ambiental, ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável.



Acordo de Gestão

Instrumento de pactuação institucional entre o MMA e as entidades vinculadas.

Define prioridades, responsáveis e entregas anuais, permitindo o desdobramento do planejamento estratégico em ações operacionais com monitoramento de resultados.



LOBO-GUARÁ
Chrysocyon Brachyurus
Acervo ICMBio: Adriano Gambarini

Gestão de Recursos Externos

Em 2025, o monitoramento da gestão das unidades de conservação e o planejamento de recursos externos foram conduzidos de forma integrada, permitindo alinhar evidências de gestão às decisões de investimento em ações de conservação.

A gestão de projetos financiados por recursos externos fortaleceu ações em diferentes biomas, ampliando o alcance territorial e o impacto das políticas ambientais. Destacaram-se o aprimoramento das ferramentas institucionais de monitoramento, planejamento e gestão de recursos, bem como inovações nas modalidades de execução, especialmente no âmbito do Fundo de Compensação Ambiental - FCA.

No campo das parcerias, a ampliação da participação de Organizações da Sociedade Civil - OSC e de Fundações de Apoio e Amparo à Pesquisa fortaleceu a transparência, a previsibilidade e a capacidade de cooperação institucional, viabilizando iniciativas de pesquisa, inovação e desenvolvimento institucional.

Diante disso, o SAMGeDiag (ferramenta constante no [Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe](#)) permaneceu como ferramenta central para acompanhamento da gestão das Unidades de Conservação, abrangendo praticamente a totalidade das UCs federais. Os diagnósticos produzidos pelo sistema constituem a principal base de evidências para a definição de prioridades de gestão e para a orientação do planejamento de recursos destinados às unidades de conservação.

Nesse contexto, o avanço do módulo SAMGePlan consolidou o sistema como instrumento estratégico de planejamento das unidades de conservação, permitindo vincular o monitoramento da gestão à definição de ações e à alocação de recursos externos.

★★★★ Destaques institucionais

- Participação em agendas nacionais e internacionais, com destaque para oficinas do Programa ARPA
- Apresentação do SAMGeDiag em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos)
- Realização de capacitações em diversas regiões do país



Planejamento de recursos externos

Em 2025, por meio do SAMGePlan, foram planejados mais de R\$ 450 milhões para atividades de gestão das unidades de conservação.

Esse planejamento foi estruturado com base nas evidências geradas pelo monitoramento da gestão, permitindo direcionar os recursos para os principais desafios identificados nas unidades.



Principais fontes de financiamento

As principais fontes de financiamento incluem o Fundo de Compensação Ambiental - FCA, o Programa ARPA e o Fundo do Rio Doce, reforçando a integração entre diferentes mecanismos de apoio à gestão.



Acervo ICMBio

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

- 40 Termos de Compromisso de Compensação Ambiental celebrados em 2025.
- R\$ 482 milhões em recursos pactuados com previsão de depósito no Fundo de Compensação Ambiental (FCA).
- R\$ 2,655 bilhões acumulados no FCA ao final de 2025.
- Recursos destinados ao fortalecimento da gestão de 318 Unidades de Conservação federais.

Valor Total de R\$ 117 milhões Executado pelo FCA por Ação Estratégica em 2025

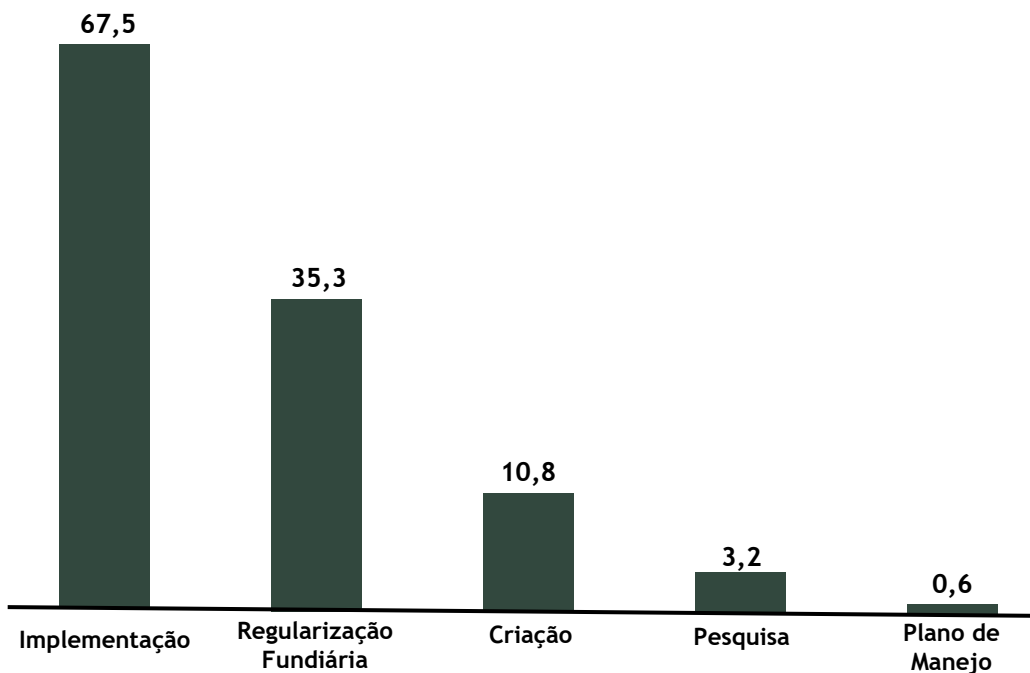


Gráfico 1 - Valor executado pelo FCA em 2025 por Ação Estratégica.

PROJETOS E PARCERIAS

- O ICMBio fortaleceu sua capacidade de execução por meio de parcerias institucionais, ampliando a cooperação com organizações da sociedade civil, instituições públicas e fundações de apoio.
- Foi publicado o Edital de Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil nº 001/2025, um mecanismo inédito no âmbito do ICMBio, representando um avanço significativo na governança das parcerias, pois permite maior transparência, padronização e agilidade na seleção de entidades, reduzindo riscos e fortalecendo o controle social.

Valor Total de R\$ 63 milhões Executado por meio de Projetos em 2025

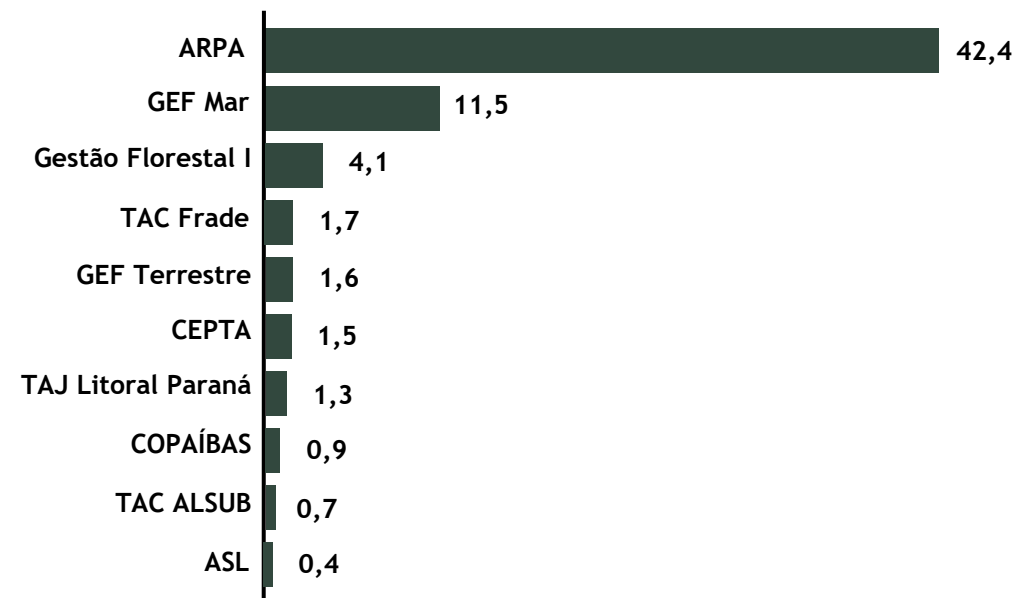


Gráfico 2 - Valor executado pelo FCA em 2025 por meio de Projetos.

1.4 Transparência Institucional e Relacionamento com a Sociedade

Resultados dos serviços da Ouvidoria

A Ouvidoria do ICMBio constitui um importante instrumento de fortalecimento da transparência pública e de promoção do diálogo entre a administração pública e a sociedade. Sua atuação contribui para ampliar os mecanismos de participação social e controle social sobre a gestão ambiental federal, ao assegurar o adequado tratamento das manifestações apresentadas pelos cidadãos e usuários dos serviços públicos.

Nesse contexto, a unidade desempenha papel estratégico na escuta qualificada da sociedade, recebendo e analisando manifestações como denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, as quais constituem fonte relevante de informações para o aprimoramento contínuo das políticas institucionais e da prestação dos serviços públicos. A sistematização dessas demandas permite identificar tendências, avaliar a percepção da sociedade sobre a atuação institucional e subsidiar a tomada de decisão pela alta administração.

Além do tratamento das manifestações, a Ouvidoria exerce atribuições relacionadas à promoção da transparência e do acesso à informação, atuando como responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito do Instituto.

Essa atuação assegura o cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), por meio da gestão dos pedidos de acesso à informação e da garantia de respostas claras e tempestivas aos cidadãos.

A unidade também desempenha papel relevante no monitoramento da transparência ativa, acompanhando a divulgação de informações institucionais no portal do ICMBio e promovendo a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral da União. Esse processo contribui para ampliar a disponibilidade de informações públicas, fortalecer a *accountability* e reduzir a necessidade de solicitações formais de informação.

Dessa forma, a atuação da Ouvidoria consolida-se como componente relevante da governança institucional, ao transformar as demandas da sociedade em insumos para o aperfeiçoamento dos processos administrativos, o fortalecimento da integridade institucional e a qualificação da gestão das unidades de conservação federais.



RESERVA BIOLÓGICA DE POÇO DAS ANTAS
Acervo ICMBio: Meghan Murphy

Manifestações de Ouvidoria recebidas em 2025

No exercício de 2025, a Ouvidoria do ICMBio registrou um total de 1.317 manifestações (abrangendo solicitações, reclamações, elogios, denúncias, sugestões e o tipo "Simplifique!") cadastradas na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Fala.BR. Este volume representa um aumento significativo de 27,25% em comparação com as 1.035 manifestações recebidas no ano de 2024, evidenciando a crescente confiança da sociedade nos canais de controle social e a maior demanda por transparência e participação junto ao Instituto.



Figura 2 - Manifestações de 2025. Fonte: Painel Resolveu?

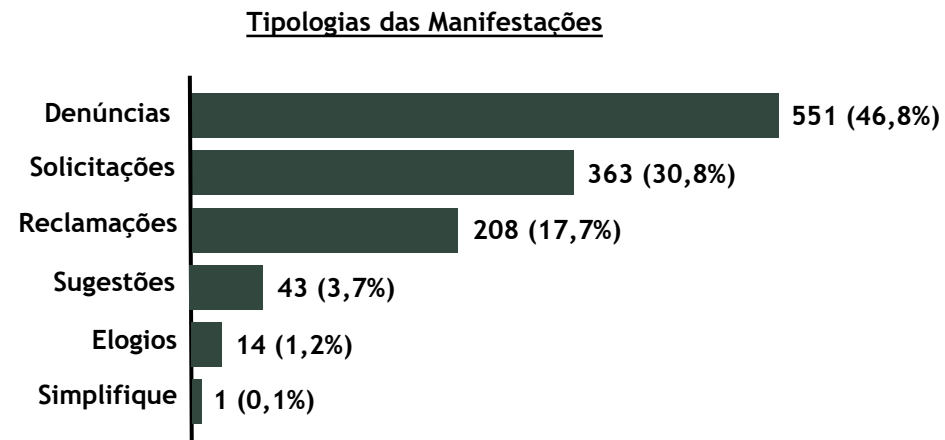


Gráfico 3 - Demanda de Manifestações de Ouvidoria por Tipologia. Fonte Ouvidoria adaptada do Painel Resolveu?

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é o canal institucional para o registro de pedidos de acesso à informação, fundamentado na Lei nº 12.527/2011 (LAI). No ICMBio, sua gestão é centralizada na Ouvidoria, que assegura a integração dos fluxos, o tratamento adequado das demandas e a garantia da transparência pública.

Ao longo de 2025, o Instituto recepcionou 758 pedidos de acesso à informação, representando um acréscimo de 3,41% em relação ao exercício de 2024. Quanto à celeridade, o prazo médio de resposta foi de 16,1 dias. Embora tenha ocorrido um aumento de 34,17% no tempo médio comparado ao ano anterior, é fundamental destacar que o ICMBio permanece operando com eficiência dentro do prazo legal de 20 dias.

Ações de Comunicação Social

Em 2025, as ações de comunicação foram conduzidas de forma integrada entre portal institucional, mídias digitais, intranet e relacionamento com a imprensa, buscando ampliar o alcance das informações institucionais e promover maior aproximação com diferentes públicos. O monitoramento contínuo de indicadores de desempenho digital permitiu avaliar o alcance das estratégias adotadas, orientar decisões institucionais e identificar tendências de engajamento da sociedade com os temas relacionados à conservação da biodiversidade.

Nesse contexto, o portal institucional do ICMBio apresentou crescimento expressivo no número de usuários e sessões, evidenciando ampliação do alcance orgânico das publicações e fortalecimento da presença digital do Instituto. A busca orgânica manteve-se como principal canal de aquisição de tráfego, refletindo a relevância institucional dos conteúdos publicados e a efetividade das estratégias de otimização de conteúdo. Observou-se também ampliação da audiência internacional, com acessos provenientes de diferentes países, indicando maior visibilidade das ações do Instituto no cenário global.

No ambiente interno, a intranet manteve-se como importante ferramenta de comunicação institucional, com nível consistente de utilização pelos servidores e tempo médio de permanência elevado, demonstrando engajamento efetivo com os conteúdos disponibilizados. Paralelamente, as mídias digitais consolidaram-se como canais relevantes de interação com a sociedade, registrando elevado volume de visualizações e interações com o conteúdo, com destaque para o crescimento do engajamento no Instagram.

A atuação junto à imprensa também permaneceu contínua ao longo do período, com apoio ao atendimento de demandas jornalísticas, produção de conteúdos institucionais e articulação com veículos de comunicação para divulgação de pautas de interesse público relacionadas à conservação da biodiversidade, ao turismo sustentável e às ações de proteção ambiental.



Acervo ICMBio

COBERTURA DA COP 30

A cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP 30 consolidou-se como um dos principais cases da Comunicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 2025, tanto pela relevância estratégica do tema quanto pela capacidade de mobilização institucional e articulação de conteúdos multiplataforma.

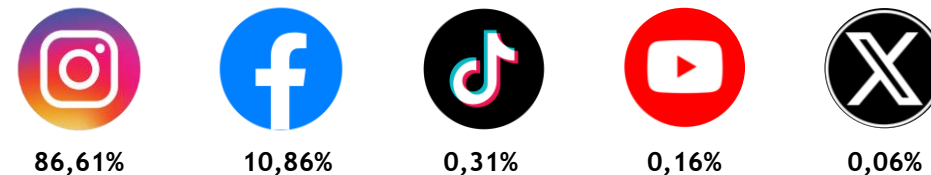
Considerando a importância da Conferência das Partes para a agenda ambiental global e para o posicionamento do Brasil no cenário internacional, a estratégia de comunicação foi estruturada com foco em três eixos principais: visibilidade institucional, transparência das ações e valorização das Unidades de Conservação.



Figura 3 - Cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP 30 realizada pela equipe de comunicação do ICMBio.

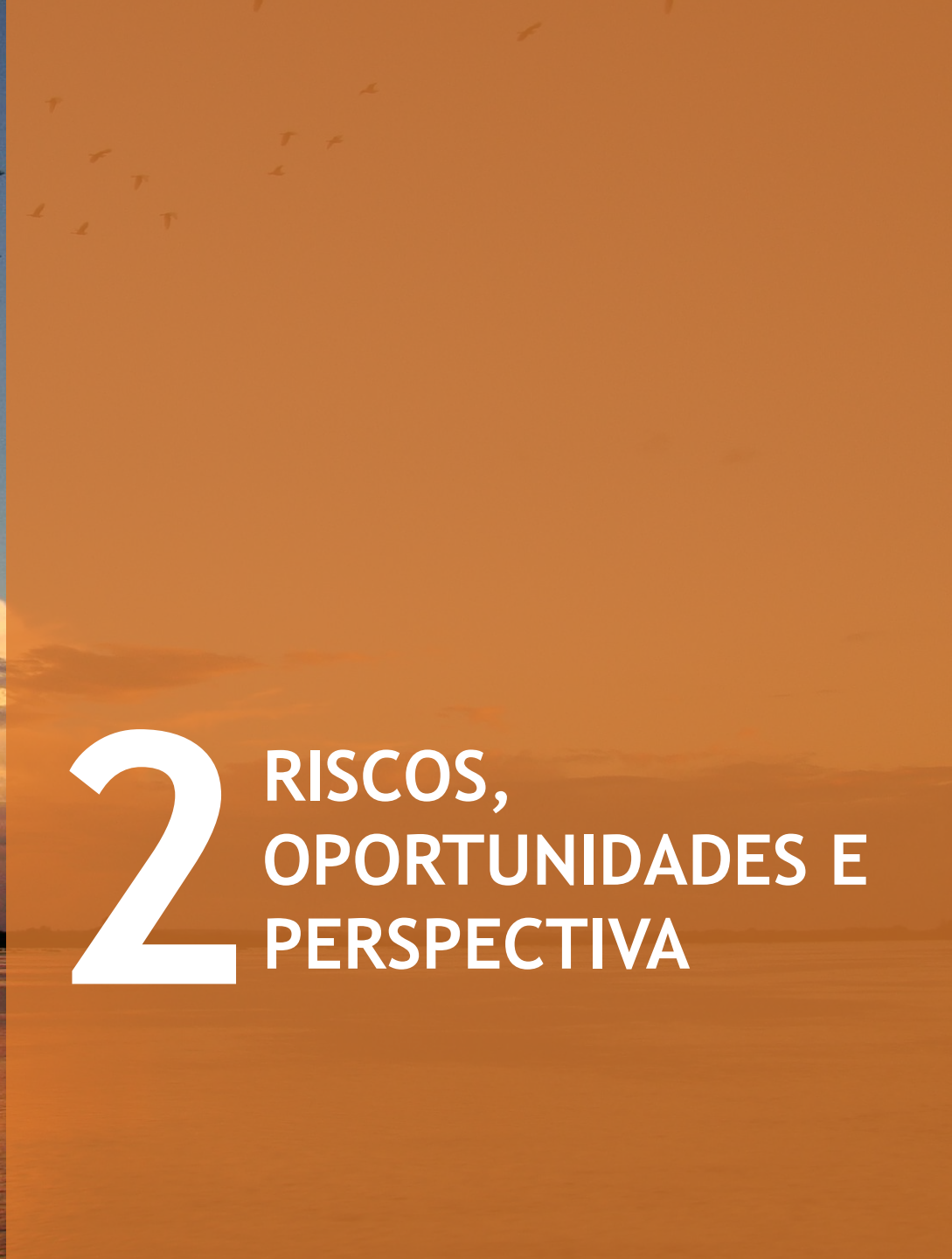
A cobertura também contribuiu para qualificar a percepção pública sobre o papel das Unidades de Conservação Federais como instrumentos essenciais para o cumprimento das metas climáticas assumidas pelo Brasil.

RESULTADOS 2025



O volume total de envolvimento nas mídias digitais, não incluindo as das Unidades de Conservação e dos Centros de Pesquisa, alcançou 3.772.63 interações no ano de 2025. A distribuição do envolvimento por plataforma evidência forte concentração no Instagram, que obteve crescimento relevante com 135,2 mil novos seguidores no período destacado, sendo o principal canal de engajamento do público.

Visualizações	Alcance	Interações com o conteúdo	Cliques no link	Visitas
15,2 mi	4,6 mi 138,9%	820,8 mil 1100%	11,7 mil 117,5%	304,9 mil 110,6



2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVA

2.1 Análise de Contexto

A atuação do ICMBio é influenciada por um conjunto de oportunidades e ameaças que condicionam a execução de suas competências institucionais, na medida em que afetam a capacidade de planejamento, priorização e implementação de ações voltadas à conservação da biodiversidade. Esses fatores incidem sobre o desempenho organizacional, interferindo na alocação de recursos, na articulação entre unidades e instâncias de governança e na efetividade das entregas institucionais, exigindo respostas contínuas de adaptação, coordenação e aprimoramento dos processos de gestão.



OPORTUNIDADES

- Ampliação de parcerias interinstitucionais;
- Acesso a fontes diversificadas de financiamento, como compensação ambiental, conversão de multas projetos e parcerias;
- Uso de dados integrados para aprimoramento da tomada de decisão e priorização de ações;
- Aprimoramento da gestão territorial integrada.



AMEAÇAS

- Limitações orçamentárias e de pessoal;
- Pressão sobre os territórios protegidos;
- Efeitos das mudanças climáticas;
- Incertezas quanto à aplicabilidade da nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental;
- Pressões por flexibilização de normas ambientais e territoriais;
- Risco de supressão de postos terceirizados em decorrência da Ação Civil Pública nº 1029923-34.2024.4.01.3400.



ALBATROZ
Acervo ICMBio: Dimas Gianuca

2.2 Gestão de Riscos

No exercício de 2025, a Coordenação de Governança - CGOV, vinculada à Coordenação-Geral de Governança e Gestão Estratégica - CGGE, iniciou um profundo processo de reestruturação do macroprocesso de Gestão de Riscos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Alinhado às disposições do novo Regimento Interno (Portaria ICMBio nº 5.592, de 11 de dezembro de 2025) e às melhores práticas da Administração Pública Federal, as ações foram divididas entre etapas de diagnóstico e estruturação, executadas ao longo de 2025, e etapas de implementação tático-operacional, que se estendem para o ano de 2026, com o objetivo de elevar a maturidade institucional do órgão.

Diagnóstico e Estruturação

Diagnóstico da Política de Gestão de Riscos: Foi concluída a avaliação de aderência e o diagnóstico da aplicação da Portaria ICMBio nº 255, de 1º de abril de 2020. O levantamento mapeou as inovações normativas externas (Decretos e Instruções Normativas) e identificou a necessidade estratégica de desmembrar as diretrizes de Integridade (que passaram a integrar o “Programa Integra+”, instituído por meio da Portaria ICMBio nº 253, de 16 de janeiro de 2026) das diretrizes de Gestão de Riscos, garantindo maior foco e especialização no tratamento dos controles internos.

Revisão e benchmarking da Metodologia de Gestão de Riscos: Entre os dias 22 e 26 de setembro de 2025, foi realizado o “Seminário de Gestão de Riscos” organizado pela AECI-Cidades, que marcou o início das discussões para a atualização da Portaria nº 975, de 10 de dezembro de 2021. Na referida oportunidade promoveu-se pesquisa de benchmarking junto a órgãos correlatos (como IBAMA e ANA) e a análise da metodologia vigente frente à norma ABNT NBR ISO 31000:2018 e aos manuais da CGU, com o intuito de simplificar a matriz de riscos (escalas de probabilidade e impacto) e redefinir o apetite a risco do Instituto.

Preparação para o novo Plano de Gestão de Riscos (PGR 2025-2027): Foram concluídas as etapas preparatórias do novo ciclo do PGR, consistindo na consolidação da versão revisada da Cadeia de Valor do ICMBio e no mapeamento de sua correlação direta com os Objetivos Estratégicos do PEI 2025-2027. Essa base garantirá que o mapeamento de riscos seja estritamente focado nas entregas finalísticas da autarquia.

Estruturação da Governança Regulatória: Na seara regulatória, como forma de mitigar riscos legais e normativos, a CGOV concluiu a sistematização das Análises de Impacto Regulatório (AIR) elaboradas desde 2022. Além disso, a CGOV manteve a execução contínua do serviço de Análise de Governança de Atos Normativos, promovendo a triagem das minutas do Instituto quanto à conformidade regimental, riscos embutidos e adequação ao Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS
Acervo ICMBio: L. F. Cassino

2.3 Gestão de Integridade

Ainda no escopo do fortalecimento da governança institucional, a CGOV conduziu, durante o ano de 2025 e com desdobramentos para 2026, iniciativas cruciais voltadas à Gestão da Integridade. O objetivo destas ações consistiu em garantir a aderência do ICMBio às melhores práticas de ética, transparência, prevenção à corrupção e promoção de um ambiente de trabalho saudável, em alinhamento com normativos superiores, como o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação - SITAI e o Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP da Controladoria-Geral da União - CGU.

Assim, a atuação do ICMBio concentrou-se na articulação, no diagnóstico e na reestruturação dos principais instrumentos de integridade do Instituto:

Autoavaliação e Assessoria no Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP: Em articulação com a CGU, a CGOV (atuando como Unidade Setorial de Integridade - USI) coordenou o processo de autoavaliação do ICMBio com base nos níveis 2 e 3 do MMIP. O ciclo, iniciado em abril de 2025, culminou na assinatura da Ata Devolutiva em setembro, com o compromisso formal da Alta Administração. O diagnóstico recebido gerou respostas proativas da autarquia: as recomendações de melhoria (tais como mapeamento de fluxos correccionais e de prevenção ao nepotismo) foram prontamente validadas pelo Comitê Técnico de Governança de Riscos, Integridade e Controles - CTGRIC e convertidas em um plano de ação, pavimentando a evolução do Instituto para níveis mais elevados de maturidade em integridade.

Revisão do Programa de Integridade (Integra+): A CGOV liderou o levantamento das inovações normativas (a exemplo do Decreto nº 11.529/2023 e Decreto nº 12.258/2024) e a consolidação das lições aprendidas do ciclo anterior. O trabalho, realizado sob a supervisão do Comitê Técnico de Governança de Riscos, Integridade e Controles - CTGRIC, resultou na elaboração da Portaria ICMBio nº 253, de 16 de janeiro de 2026 que institui o novo Programa de Integridade do Instituto (Integra+). Destaca-se a realização de consulta pública interna entre os meses de outubro e novembro de 2025, garantindo o alinhamento colaborativo.

Elaboração do novo Plano de Integridade (2025-2027): Em paralelo à revisão do Programa, houve a construção do Plano de Integridade para o próximo triênio. O processo baseou-se nos resultados da autoavaliação no Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP e em oficinas de identificação de riscos de integridade. A estruturação das ações, metas, prazos e indicadores foi validada pelo CTGRIC e submetida à consulta interna dos servidores no último trimestre de 2025.

Estruturação Inicial do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação: Em atendimento ao Decreto nº 12.122/2024, a formulação técnica do Plano Setorial do ICMBio não se deu de forma isolada, mas foi conduzida integralmente no âmbito do CTGRIC. Com a participação ativa e colaborativa de todos os membros do Comitê (Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética, Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP e a CGOV), os trabalhos em 2025 envolveram o levantamento do histórico de denúncias na autarquia e o mapeamento conjunto de riscos de integridade relacionados a comportamentos de assédio e discriminação nos processos de trabalho, criando as bases sólidas para as medidas de mitigação.





2.4 Gestão da Informação, Governança de Dados e Transformação Digital

A gestão estruturada da informação e dos dados tem se consolidado como elemento estratégico para o fortalecimento da governança institucional, o aprimoramento dos processos decisórios e a ampliação da transparência e da entrega de valor público no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Considerando a capilaridade organizacional do Instituto e a diversidade de dados produzidos e utilizados em suas atividades finalísticas e de suporte, torna-se essencial a adoção de mecanismos integrados de governança e gestão da informação.

Nesse contexto, o ICMBio avançou, em 2025, na estruturação dos fundamentos da Governança de Dados e Informações, alinhada à Estratégia Federal de Governo Digital (2024-2027) e ao seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2024-2025). As ações desenvolvidas visam promover maior integração entre estratégia, processos, pessoas e tecnologia, assegurando qualidade, confiabilidade, interoperabilidade e uso eficiente dos dados institucionais.

Catálogo de Dados e Metadados

Como instrumento de gestão de dados, o ICMBio iniciou a implementação do Catálogo de Dados e Metadados, com a primeira versão em operação em 2025. A ferramenta organiza os conjuntos de dados do Instituto com metadados padronizados, ampliando a visibilidade, interoperabilidade e qualidade das informações. Desenvolvido na plataforma CKAN e alinhado ao padrão DCAT/DCAT-BR, o catálogo contribui para o aprimoramento da gestão interna de dados e para a qualificação do Plano de Dados Abertos do ICMBio.

Geoinformação e Integração de Sistemas

No campo da geoinformação, a Política de Geoinformação do ICMBio estabelece o Comitê de Geoinformação como instância de assessoramento e o Sistema Integrado de Geoinformação como instrumento para a integração dos dados geoespaciais. Em 2025, foi restabelecida a atuação do Comitê e retomada a implantação da plataforma Inteligeo.

O Inteligeo integra dados e oferece funcionalidades de análise espacial, produção de mapas e painéis, apoiando o planejamento territorial, a fiscalização, o monitoramento ambiental e a tomada de decisão.

Inovação, Inteligência Artificial e Gestão do Conhecimento

Com foco na modernização da gestão, o ICMBio avançou no Guia de Gestão e Governança, baseado em Inteligência Artificial, com um chatbot desenvolvido no Copilot Studio para facilitar o acesso a informações técnicas e normativas.

O projeto integra-se ao SharePoint da Rede ICMBio, garantindo atualização contínua das informações, com ênfase na organização dos dados, aprimoramento de metadados e ajustes a partir do uso pelos gestores.

2.5 Perspectivas

A atuação do ICMBio está inserida em um ambiente institucional dinâmico, marcado por oportunidades e ameaças que condicionam a execução de suas competências e influenciam diretamente a capacidade de planejamento, priorização e implementação de ações voltadas à conservação da biodiversidade. Esses fatores impactam o desempenho organizacional, a alocação de recursos e a articulação entre unidades e instâncias de governança, exigindo respostas contínuas de adaptação, coordenação e aprimoramento dos processos de gestão.

Nesse contexto, os avanços observados em 2025 na estruturação de instrumentos de governança, gestão de riscos, integridade e gestão da informação estabelecem bases institucionais mais robustas para o fortalecimento da atuação organizacional. Para o ciclo seguinte, a perspectiva institucional se orienta pela transição da fase de estruturação para a efetiva implementação, monitoramento contínuo e avaliação desses instrumentos, com destaque para a consolidação da Política e da Metodologia de Gestão de Riscos, a implementação do Plano de Gestão de Riscos (PGR 2025-2027) e a institucionalização de rotinas de monitoramento apoiadas por soluções tecnológicas.

Esse movimento será acompanhado pelo fortalecimento da governança regulatória, com a estruturação de instrumentos como Análise de Impacto Regulatório (AIR) e Avaliação de Resultado Regulatório (ARR), bem como pela ampliação da previsibilidade institucional por meio da Agenda Regulatória, contribuindo para maior coerência e transparência na atuação do Instituto.

No campo da integridade, projeta-se a consolidação do Programa Integra+ e do Plano de Integridade 2025-2027, com a implementação de rotinas sistemáticas de monitoramento, avaliação de maturidade e fortalecimento de mecanismos voltados à prevenção de assédio e promoção de ambiente organizacional mais seguro e inclusivo.

Adicionalmente, a perspectiva institucional incorpora o avanço da transformação digital e da governança de dados, com a ampliação do uso de ferramentas de *Business Intelligence*, integração de sistemas e desenvolvimento de painéis gerenciais, fortalecendo a tomada de decisão baseada em evidências e a transparência das ações institucionais.

No âmbito organizacional e territorial, destaca-se a expectativa de aprimoramento do planejamento e da alocação de recursos, com a implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT nas unidades descentralizadas e a revisão do Catálogo de Produtos e Serviços, promovendo maior alinhamento entre estratégia, operação e monitoramento de resultados, bem como o fortalecimento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação estratégica, com aprimoramento dos relatórios periódicos e maior uso de evidências e indicadores para subsidiar o processo decisório.

Diante desse cenário, a atuação do ICMBio tende a se consolidar em uma abordagem integrada, orientada por dados e alinhada aos objetivos estratégicos, ampliando sua capacidade de coordenação institucional, de avaliação de desempenho e de resposta aos desafios contemporâneos da conservação da biodiversidade e da gestão das Unidades de Conservação.



PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS
Acervo ICMBio: Flávio Varricchio



3 GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

3.1 Governança

No exercício de 2025, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade conferiu prioridade à modernização de suas estruturas organizacionais e à consolidação da gestão orientada por processos. Por meio da Coordenação de Governança - CGOV/CGGE, o Instituto deflagrou uma série de projetos estruturantes, realizados em forte alinhamento com normativos superiores e em parceria com órgãos centrais, como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI.

As ações visam conferir maior racionalidade administrativa, segurança jurídica e aderência à nova Estrutura Regimental (Decreto nº 12.258, de 25 de novembro de 2024), estabelecendo os alicerces para o planejamento da força de trabalho e o aprimoramento contínuo das instâncias colegiadas.

Mapeamento e Revisão da Cadeia de Valor (Sede): Em parceria com a consultoria do MGI, ocorreu a fase qualitativa do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT. Foram realizadas as Oficinas de Mapeamento Inicial com todas as Diretorias e Assessorias da Sede. O processo resultou na consolidação e validação formal da "Cadeia de Valor do ICMBio - Sede", modernizando a hierarquia de macroprocessos e entregas institucionais, e alinhando-as à tabela de atividades do Programa de Gestão e Desempenho - PGD.

Atualização do Regimento Interno do ICMBio: Houve um extenso processo de revisão da principal norma de estruturação organizacional do Instituto. O trabalho foi marcado por ampla articulação institucional, abrangendo rodadas de consulta com todas as instâncias da organização (Sede, Gerências Regionais, Unidades de Conservação e Núcleos de Gestão Integrada), resultando na publicação da Portaria ICMBio nº 5.592, de 11 de dezembro de 2025.

Reestruturação e aprimoramento das Instâncias de Governança: Comitê Técnico de Governança de Riscos, Integridade e Controles - CTGRIC, Conselho de Governança e Comitê Gestor.

PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA
Acervo ICMBio: Rui Faquini

3.2 Estratégia

O Planejamento Estratégico do ICMBio é o resultado de um trabalho conjunto, construído com a participação e o conhecimento de diversas áreas e servidores, refletindo o compromisso do Instituto com a proteção do patrimônio natural brasileiro e com a promoção do desenvolvimento sustentável. Todo esse esforço culminou na Portaria ICMBio nº 1.164, de 1º de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 02 de abril de 2025, a qual institui o Planejamento Estratégico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para o período 2025-2027.

Um dos produtos centrais desse processo, o Mapa Estratégico do ICMBio, representa visualmente a estratégia do Instituto, sintetizando missão, visão de futuro, valores institucionais, diretrizes, perspectivas da ação, objetivos e resultados estratégicos a serem alcançados. Ele é dividido em 4 perspectivas: contribuições para a sociedade, incremento nos resultados institucionais, objetivos estratégicos em processos estruturantes e finalísticos e objetivos estratégicos em processos gerenciais e de suporte

Ciclo de Gestão da Estratégia

O ciclo de gestão da estratégia do ICMBio para o período 2025-2027 tem como ação principal o desdobramento do Planejamento Estratégico em um Plano de Ações Prioritárias, com base em informações disponibilizadas pelas Diretorias, por meio das Coordenações Gerais, e alinhadas com as Gerências Regionais do ICMBio. Este alinhamento é fundamental para promover o adequado desdobramento do planejamento estratégico até o nível operacional, realizado e implementado pelas unidades organizacionais presentes nos territórios.

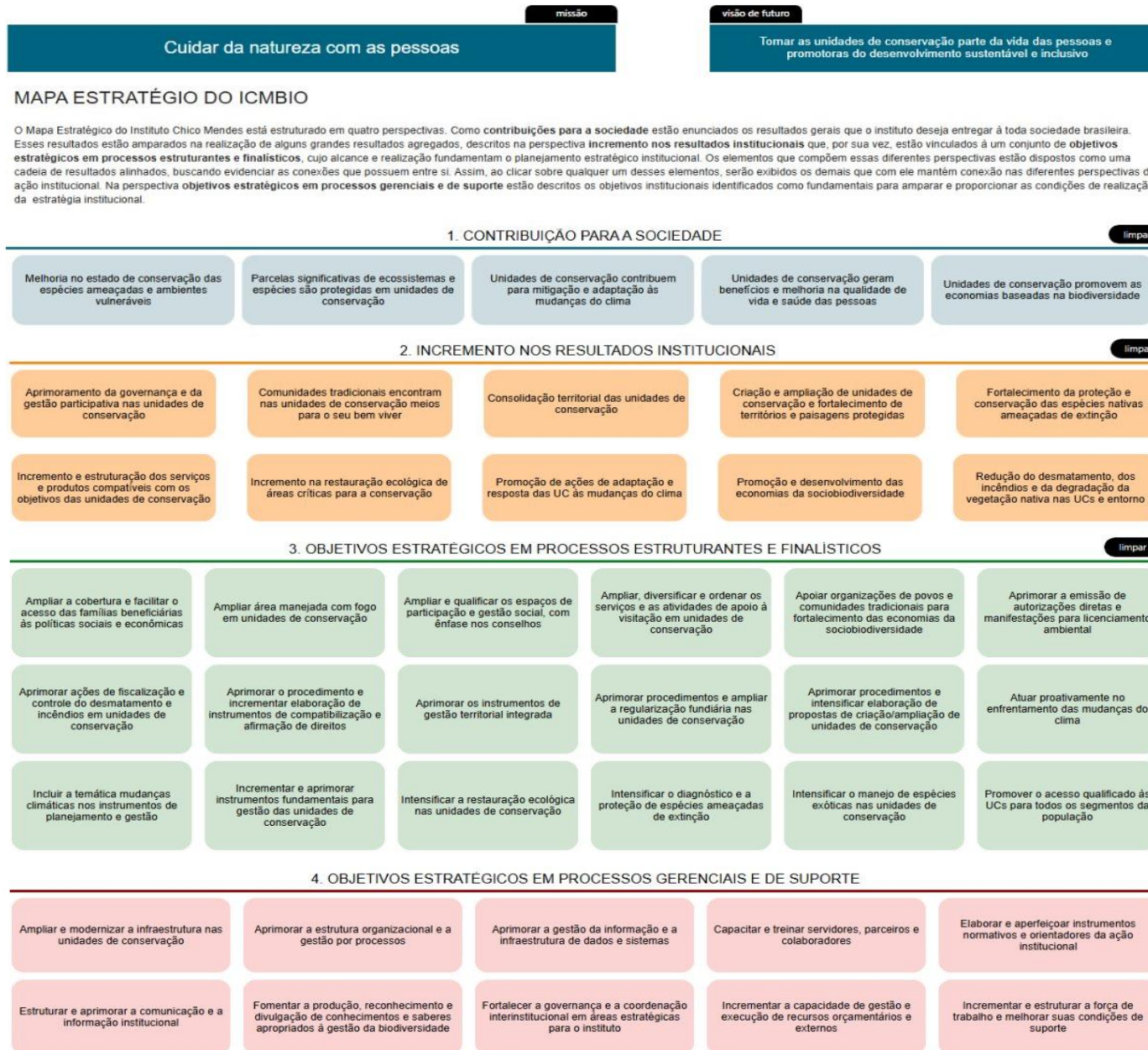




Figura 4 - Ciclo da Gestão Estratégica do ICMBio baseado na Portaria ICMBio nº 1.164, de 1º de abril de 2025.

A execução da estratégia requer alinhamento entre as unidades, que devem atuar de forma integrada para conectar o nível estratégico ao operacional. Essa integração ocorre por meio da pactuação das contribuições de unidades, equipes e indivíduos no desdobramento da estratégia, evidenciando a relação entre as ações executadas e os objetivos institucionais.

O monitoramento e a avaliação da estratégia do ICMBio são contínuos e envolvem diferentes níveis organizacionais. As Diretorias acompanham as ações prioritárias, enquanto a Divisão de Planejamento e Avaliação da Estratégia - DPAE/CGGE consolida os dados em relatórios periódicos, além de acompanhar o alcance dos objetivos estratégicos e indicar ajustes.

Com a publicação do Planejamento Estratégico ICMBio 2025-2027 (Portaria nº 1.164/2025), iniciou-se o desdobramento da estratégia para 2025-2026. O documento resultante estabelecerá diretrizes operacionais para a implementação da estratégia, detalhando as prioridades institucionais em ações concretas, metas mensuráveis e responsabilidades definidas para cada unidade organizacional.

No âmbito do monitoramento, o documento funcionará como referência para o acompanhamento sistemático das ações prioritárias, possibilitando a identificação de desvios, riscos e necessidades de ajuste ao longo do ciclo.

ONÇA PINTADA
Panthera Onca
Acervo ICMBio: Adriano Gambarini



3.3 Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - SECET/ICMBio tem como objetivo orientar e aconselhar sobre a conduta ética profissional do agente público no tratamento com as pessoas e, no resguardo do patrimônio público. Cabe ainda, apreciar e tratar as denúncias ou representações recebidas (plataforma FalaBr) ou imputadas de ofício sobre o comportamento em suposto desvio de conduta ética, assegurado ao denunciado, o processo legal - o direito ao contraditório e ampla defesa.

Como integrante do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal - CEP/PR (Decreto nº 6.029/2007), a SECET/ICMBio participa anualmente em encontros, seminários, palestras, etc, que visam difundir orientações e alinhar conhecimentos sobre a gestão da ética, bem como promover a troca de experiência entre as instâncias.

Ainda no âmbito de sua atuação e com foco na proteção do interesse coletivo, a Comissão de Ética se manifesta sobre consultas relativas a conflito de interesses e pedidos de autorização para exercício de atividade privada por agentes públicos, conforme a Lei nº 12.813/2013 e a Portaria ICMBio nº 1.109/2025. Também promove a disseminação de normas éticas e utiliza a mediação para solução consensual de controvérsias, além de atuar na prevenção ao nepotismo em articulação com as instâncias de integridade.

3.4 Procuradoria Federal Especializada

A Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio - PFE/ICMBio é unidade da Advocacia-Geral da União - AGU, não integrando a estrutura organizacional do Instituto, mas atuando de forma descentralizada na prestação de assessoramento e consultoria jurídica ao Instituto. Assim, com base em relatórios extraídos do sistema Super SAPIENS, no período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2025, a análise consolidada demonstra um crescimento consistente no volume de demandas direcionadas à PFE/ICMBio.

Esse cenário evidencia não apenas a elevação da complexidade e da abrangência das atividades desempenhadas, mas também a intensificação de demandas volumosas, complexas e urgentes, especialmente com a retomada da agenda ambiental pelo Governo brasileiro.

A título de exemplo, no que se refere às demandas direcionadas exclusivamente aos Procuradores Federais, houve um aumento no volume de tarefas recebidas, passando de 13.533 para 17.789 no período analisado. Esse aumento representa um crescimento de aproximadamente 31,45% na carga de trabalho.

3.5 Atuação Correicional

A Corregedoria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - SISCOR, enquanto Unidade Correicional. Nos termos do Decreto nº 5.480/2005, o órgão central é a Corregedoria-Geral da União, que exerce a supervisão técnica e monitoramento. E conforme o Decreto nº 12.258, de 25 de novembro de 2024, a Corregedoria do ICMBio é a instância de apuração de infrações disciplinares e atos lesivos à Administração na Autarquia.

A atividade correicional é regulada no âmbito do ICMBio pela Portaria nº 4.011, de 30/09/2025, publicada em 06 de novembro de 2025, que implementou o planejamento estratégico, a projetização das atividades correicionais, estabeleceu as fases dos processos correicionais, os fluxos dos procedimentos de monitoramento, a supervisão das atividades, bem como os mecanismos de avaliação formal e técnica dos processos.

Ressalte-se a mudança de metodologia correicional, contribuiu para a Governança e Integridade, ao possibilitar a tomada de decisão estratégica, primando pela resolutividade, transparência, tempestividade no enfrentamento das demandas, na integridade e na segurança jurídica de denunciante e denunciados.

São os principais objetivos da corregedoria: dissuadir e prevenir a prática de irregularidades administrativas; responsabilizar servidores que cometam ilícitos disciplinares e entes privados que pratiquem atos lesivos contra a Administração Pública; zelar pela eficiência, eficácia e efetividade das apurações correicionais; contribuir para o fortalecimento da integridade pública; e promover a ética e a transparência na relação público-privada.

A Corregedoria, como instância de integridade e governança, contribui para um ambiente institucional baseado na confiança. Entre os principais benefícios estão o fortalecimento da cultura ética, a prevenção de irregularidades e a ampliação da transparência, reduzindo custos e desgastes decorrentes de processos disciplinares.

Seu fortalecimento também favorece a atuação integrada com a Ouvidoria, Auditoria e outras corregedorias (como MMA e Ibama), por meio de cooperação técnica. Nesse contexto, promove eficiência, intercâmbio de práticas e assegura o cumprimento das normas, alinhado às políticas de integridade e governança.



Figura 5 - Quantitativo de Processos Investigativos ICMBio. Fonte: Intranet ICMBio (Sharepoint)

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO DOS FRADES
Acervo ICMBio

3.6 Controles Internos e Atuação dos Órgãos de Controle

A Auditoria Interna do ICMBio, vinculada à Presidência, atuou em 2025 com foco no aprimoramento da governança, gestão de riscos e controles internos, por meio de atividades de avaliação, consultoria, monitoramento de recomendações e acompanhamento das demandas da CGU e do TCU.

As ações foram orientadas pelo Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2025, alinhadas a objetivos estratégicos institucionais, com destaque para o aprimoramento de processos estruturantes da gestão. A avaliação do planejamento das contratações de estruturas modulares móveis identificou oportunidades de melhoria na definição das necessidades, especificação dos objetos, estimativa de quantitativos e pesquisa de preços, resultando em recomendações para qualificar a fase preparatória das contratações. Paralelamente, a análise da gestão e fiscalização de contratos administrativos concentrou-se na verificação de conformidade dos procedimentos adotados pelas unidades, especialmente quanto ao ateste de serviços e ao acompanhamento de encargos trabalhistas, com vistas ao fortalecimento dos controles e à redução de riscos operacionais e jurídicos.

Adicionalmente, a Auditoria promoveu a identificação de riscos relevantes em projetos financiados por encargos acessórios no Parque Nacional do Iguaçu, com ênfase no aprimoramento da estruturação dos projetos, incluindo definição de escopo, taxa de administração e destinação dos bens adquiridos, contribuindo para maior clareza e segurança na execução. No campo da integridade, o fortalecimento dos controles relacionados à declaração de conflito de interesses no sistema e-Patri resultou na emissão de orientações e proposição de medidas voltadas ao cumprimento tempestivo das exigências legais pelos dirigentes, reforçando a transparência e a conformidade institucional.

★★★ Entregas Relevantes

Evolução na Implementação de Recomendações

41 recomendações implementadas

Redução significativa do estoque de pendências.

Índice de atendimento evoluiu de 29% (2024) para 64% (2025).

Saldo final reduzido para 23 recomendações.

Resultados com Controladoria-Geral da União - CGU

Conclusão de recomendações com avanços estruturais: Implantação do SIADS (gestão patrimonial); Medidas para segurança de visitantes em UC; Aperfeiçoamento de contratos de concessão.

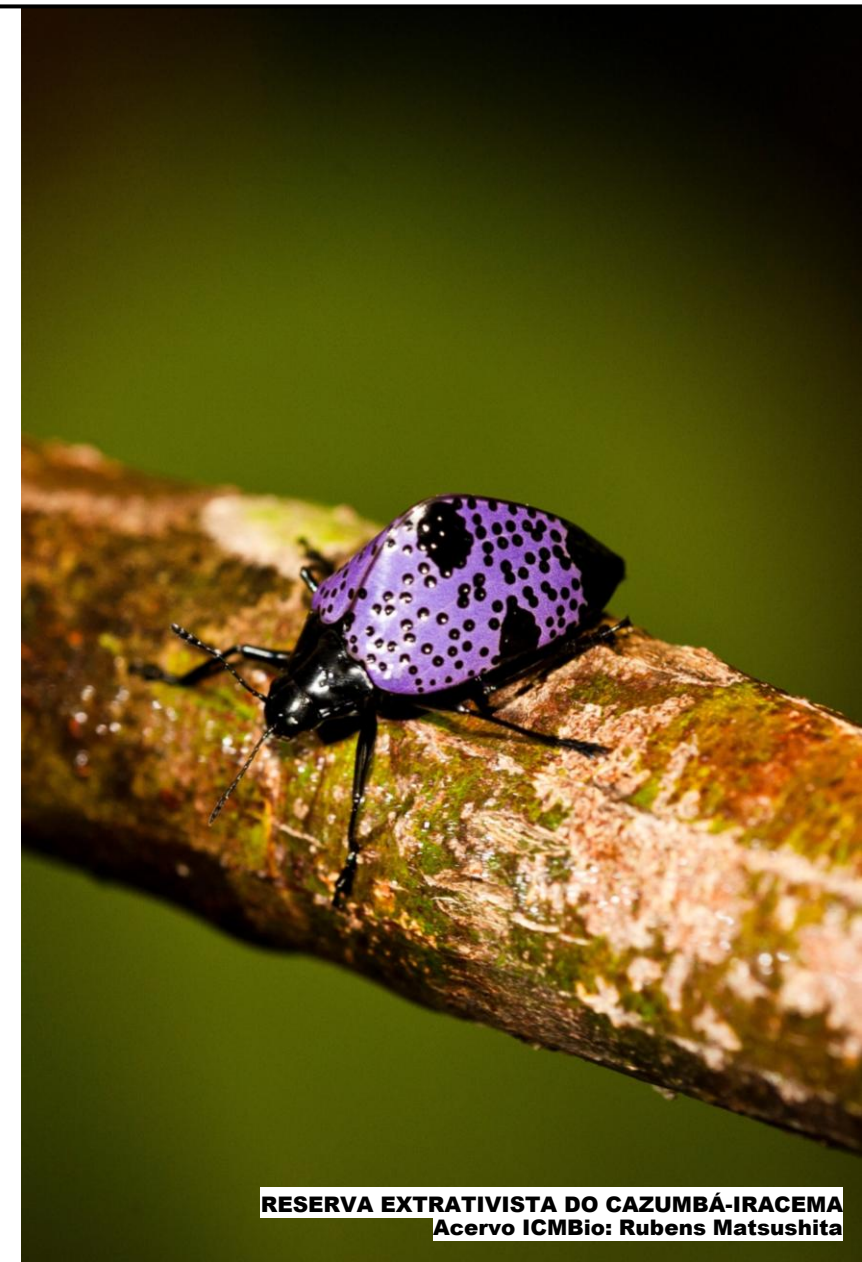
Estoque reduzido para 21 recomendações em monitoramento.

Atuação junto ao Tribunal de Contas da União - TCU

Participação em 54 acórdãos em 2025 (maioria atos de pessoal).

Apenas 1 acórdão com novas deliberações (LGPD): com 6 recomendações e 2 determinações.

Total de 14 deliberações em monitoramento ao final do exercício.



RESERVA EXTRATIVISTA DO CAZUMBÁ-IRACEMA
Acervo ICMBio: Rubens Matsushita



PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA
Acervo ICMBio: Taylor Nunes

4 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

4.1 Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos e às Prioridades da Gestão

Criação e Planejamento Territorial de Unidades de Conservação

Criação e expansão de áreas protegidas

Em 2025, o ICMBio avançou significativamente na agenda de criação e ampliação de unidades de conservação. Foram criadas 5 novas UCs federais públicas, totalizando 142.980 ha nos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Marinho/Costeiro.

Tabela 1 - Unidades de Conservação Federais públicas criadas em 2025

UC	UF	Bioma	Área (ha)
RDS Faxinal Bom Retiro	PR	Mata Atlântica	1.370
RDS Faxinal São Roquinho	PR	Mata Atlântica	1.212
APA da Foz do Rio Doce	ES	Marinho/Costeiro	45.417
APA da Costa dos Corais (ampliação)	AL/PE	Marinho/Costeiro	89.441
REVIS Soldadinho-do-Araripe	CE	Caatinga	5.540

Além disso, 9 propostas adicionais de criação ou ampliação – envolvendo 11 UCs e mais de 1,9 milhão de ha – foram instruídas e encaminhadas ao MMA. Houve ainda consulta pública para ampliar o Parque Nacional de Sete Cidades e andamento de 30 outras propostas, além do estudo de áreas ao longo da BR-319 para destinação à criação de unidades de conservação, totalizando 22 milhões de ha em áreas de estudo.

No âmbito das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), foram criadas 20 novas UCs, acrescentando 7.640 ha ao sistema. A meta para 2026 prevê o envio de 10 novas propostas de UCs públicas ao MMA.

Mosaicos, corredores ecológicos e Gestão territorial integrada

Em 2025, a Divisão de Gestão Territorial Integrada - DGTI avançou na consolidação de mosaicos e corredores ecológicos, com a criação dos Mosaicos do Baixo Rio Madeira e do Gurupi – este resultado de um processo inédito com participação da Funai e do Ministério dos Povos Indígenas –, além da instituição do Corredor Carajás-Bacajá, da reativação de quatro mosaicos e da elaboração do BI da DGTI e da Iniciativa Estratégica de Mosaicos. Para 2026, as metas incluem reconhecer novos mosaicos, ofertar Curso de Gestão Territorial Integrada, consolidar a Instrução Normativa sobre mosaicos e corredores, iniciar a implementação da iniciativa estratégica, revisar portarias e aprimorar a gestão da informação.



PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA
Acervo ICMBio: Patricia Lindoso

Planos de Manejo, Capacitação e fortalecimento técnico

Em 2025, o ICMBio concluiu 16 Planos de Manejo de UCs federais, incluindo 7 novos planos, que permitiram que 8 UCs passassem a contar pela primeira vez com esse instrumento, e 9 revisões (5 completas e 4 pontuais), ampliando e qualificando a base de gestão das unidades. Com isso, 252 das 344 UCs federais (73%) passaram a ter Plano de Manejo vigente, superando a meta anual prevista de 10 publicações. Também foram aprovados e publicados 7 Planos de Manejo de RPPNs, um deles de revisão. Para 2026, mantém-se a meta de publicar 10 novos planos.

Tabela 2 - Planos de Manejo publicados em 2025, considerando as categorias de elaboração, revisão completa e revisão pontual

Plano de Manejo	UC
Elaborado	RESEX Chocoaré - Mato Grosso, RESEX Rio Cajari, RESEX Marinha Mestre Lucindo, RESEX Mãe Grande Curuçá, RESEX Acaú-Goiana, ESEC Jutai-Solimões, FLONA Aripuanã, REBIO do Manicoré
Revisão completa	PARNA Aparados da Serra, PARNA Serra Geral, ESEC Tamoios, RESEX do Lago do Capanã Grande, REBIO do Guaporé
Revisão pontual	REVIS do Arquipélago de Alcatrazes, APA de Petrópolis, FLONA Jacundá, APA Serra da Mantiqueira

Em relação a oficinas e cursos de formação, houve avanços com a implementação da trilha de aprendizagem, a oferta de três cursos (incluindo o primeiro curso remoto e autoinstrucional de elaboração e revisão de planos) e a realização de duas oficinas de trabalho, ampliando o alinhamento metodológico, fortalecendo o uso de geotecnologias e qualificando o corpo técnico – 174 vagas ofertadas e 121 servidores formados.

Gestão do Uso Público e Bioeconomia

Em 2025, a Coordenação-Geral de Uso Público e Serviços Ambientais - CGEUP avançou de forma expressiva na gestão do uso público, serviços ambientais e negócios sustentáveis, guiada pelo Programa Natureza com as Pessoas (PNP) e pela Iniciativa Estruturante de Compensação Ambiental. Houve progresso no planejamento da visitação, com publicação do Plano de Uso Público (PUP) da Serra da Canastra e acompanhamento de planos em outras UCs, além do fortalecimento da segurança com cursos, oficinas e o I Seminário Nacional sobre o tema.

Na delegação de serviços, a meta anual foi superada, com 19 editais publicados, além de avanços em grandes concessões (Noronha, Brasília, Iguaçu) e melhorias na governança contratual.

A qualificação da visitação incluiu a capacitação de 370 profissionais, entre servidores e parceiros, melhoria da sinalização, fortalecimento de trilhas e ampliação de nichos como a observação de aves, com publicação de guia e ações de engajamento.

No Turismo de Base Comunitária, destacou-se a publicação da Instrução Normativa conjunta com a Funai, viabilizando a visitação em áreas de sobreposição entre Terras Indígenas (TI) e UCs, além da seleção de seis projetos financiados. O lançamento do Programa Natureza com as Pessoas (PNP) estruturou uma política integrada para fortalecer o turismo de natureza, com mecanismos de financiamento e promoção internacional. Também avançaram parcerias institucionais (Rede de Trilhas, WWF, INEA, Alana, Aliança Bike).



Figura 6 - Lançamento do “Programa Natureza com as Pessoas” durante a abertura do Salão do Turismo, em São Paulo. Foto: Acervo ICMBio (Fernando Tatagiba)

A Iniciativa Estruturante de Uso Público mobilizou R\$ 10 milhões em recursos de Compensação Ambiental para fortalecer 60 UCs, com foco na modernização da gestão e na melhoria da oferta de serviços, ampliando a conexão da sociedade com a natureza e contribuindo para a conservação da biodiversidade. Na agenda de economia florestal, o ICMBio impulsionou negócios sustentáveis na Amazônia Legal ao estruturar concessões voltadas ao manejo e à restauração ecológica, promovendo a recuperação de áreas degradadas com participação do setor privado.

No âmbito dos serviços ambientais, a atuação institucional priorizou a segurança jurídica e a proteção de comunidades tradicionais no mercado de carbono, com diretrizes para projetos de REDD+ em terras públicas. A medida busca assegurar benefícios às populações locais, respeitando seus modos de vida e evitando contratos desfavoráveis.

Proteção Ambiental

Manejo Integrado do Fogo

Em 2025, a Coordenação-Geral de Proteção - CGPRO reforçou a prevenção e combate aos incêndios com a contratação de mais de 1.500 brigadistas, realização de 86 cursos de formação (mais de 2.000 capacitados), além da formação de brigadas voluntárias e comunitárias, que prepararam cerca de 300 pessoas e ampliação do quadro de instrutores com o 5º Curso de Formação de Instrutores.

Foram manejados aproximadamente 276 mil ha com fogo (queimas prescritas, aceiros, queimas controladas, queimas por indígenas isolados) e 61% das UCs com brigadas passaram a ter Plano de Manejo Integrado do Fogo (meta superada). Áreas atingidas por incêndios florestais em UCs caíram para 490 mil ha, a segunda menor da série histórica, e muito abaixo da meta de 880 mil ha.

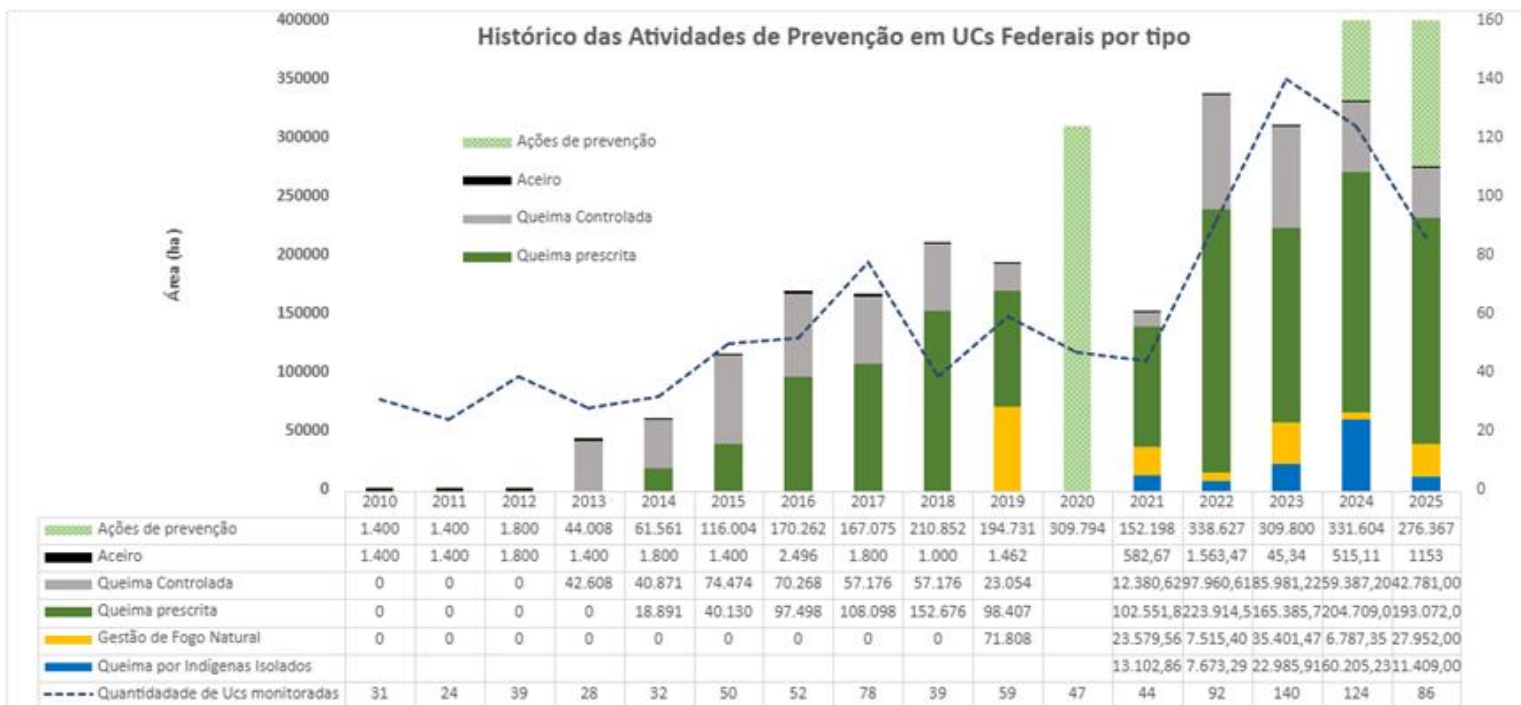


Gráfico 4 - Histórico de atividades de Prevenção em UCs Federais por tipo.



Acervo ICMBio

Fiscalização

Em 2025, foram realizadas 1.069 ações de fiscalização, sendo 4 operações remotas. Sendo que 85,34% das UCs federais realizaram pelo menos 1 ação de fiscalização no seu território. E em relação ao total de ações de fiscalização, 51,54% foram da modalidade “Operação Planejada” e 48,46% foram “Ações de Rotina”.

Deste modo, foi alcançada a entrega destaque do Acordo de Gestão N° 01/2025 firmado com o Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima para o ano de 2025, que definiu o quantitativo de 800 operações de fiscalização presenciais e remotas a serem realizadas com o objetivo de reduzir em 20% o desmatamento em Unidades de Conservação Federais.

Além disso, em 2025 o Brasil alcançou resultados históricos no combate ao desmatamento em UCs federais de agosto de 2024 a julho de 2025, conforme mostraram dados do sistema PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Houve queda expressiva no desmatamento em Unidades de Conservação federais tanto na Amazônia (34%), quanto no Cerrado (8%), em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados das cenas prioritárias.

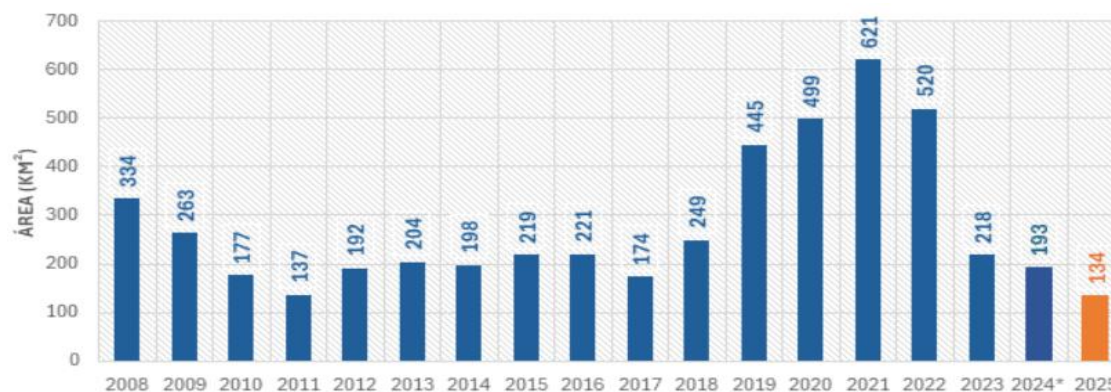


Gráfico 5 - Área desmatada no interior de Unidades de Conservação federais na Amazônia Legal, segundo ano PRODES. Fonte: DCEO

O esforço em campo aumentou 11% (13.973 dias) e houve crescimento nas autuações (3.286 autos, +26%), embargos (+33%), apreensões (+40%) e destruições de itens (+66%). A atuação foi fortalecida com 9 novos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e o Manual Básico de Fiscalização.

Apuração de Infrações

Na apuração de infrações, apesar de não alcançar a meta de julgamentos em 1ª instância, houve avanço na redução do passivo, que caiu para 48,66%, e a meta de 2ª instância foi superada em 20% (502 autos julgados).

A Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais - CIAM também modernizou processos com serviços digitais no Gov.br (Adesão à Solução Legal e Certidão Negativa de Embargo) e publicou o Guia Prático atualizado de Julgamento.



FLORESTA NACIONAL DO JAMANXIM
Acervo ICMBio: Hevelise Dias



Gestão Socioambiental

Gestão das Sobreposições Territoriais

A Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) superou a meta anual com 35 instrumentos de compatibilização de direitos, incluindo novos Termos de Compromisso (TC) e renovações. Houve fortalecimento institucional com a criação da Coordenação de Caracterização de Povos e Comunidades em Unidades de Conservação (COCAR), responsável por padronizar a caracterização de povos e comunidades tradicionais e apoiar instrumentos como os Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

No âmbito da busca por um diagnóstico amplo sobre os povos e comunidades em UCs que possa aprofundar os processos de caracterização, foi elaborado - em parceria com o projeto de Gestão do Conhecimento da CGSAM - um projeto de levantamento e atualização do uso e ocupação das UC federais por povos e comunidades. Foram consolidadas também parcerias estratégicas, como o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) ICMBio-GIZ-MPF para fortalecimento da Plataforma dos Territórios Tradicionais e o ACT ICMBio-Funai para gestão coordenada em áreas sobrepostas. A agenda socioambiental foi fortalecida com o V Ciclo de Gestão Socioambiental, cursos nacionais e seminários regionais.



Gráfico 6 - Progressão do número de acordos de compatibilização de direitos celebrados com povos e comunidades tradicionais desde 2006, quando o primeiro acordo deste tipo foi firmado.

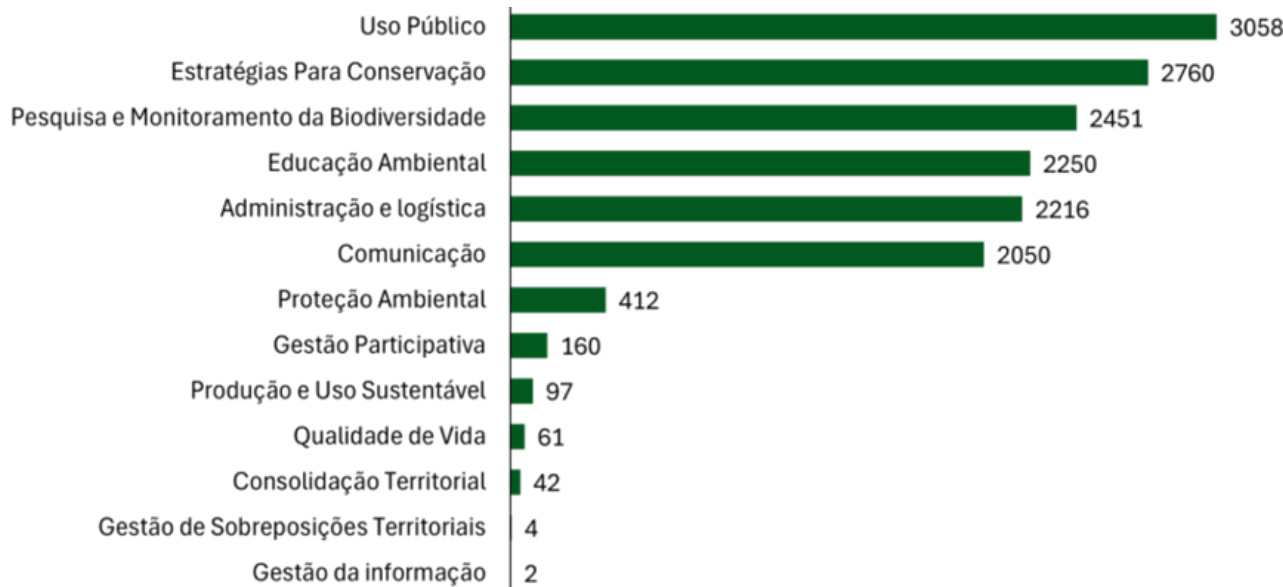


Gráfico 7 - Vagas de voluntariado abertas por área temática em 2025 no Programa de Voluntariado do ICMBio.

Voluntariado

O Programa de Voluntariado obteve desempenho excepcional, abrindo 4.450 vagas (meta: 3.000) e contando com 122 unidades organizacionais ativas. A regulamentação foi modernizada pela IN nº 25/2025, incorporando novos formatos de adesão, reconhecimento dos voluntários e uso obrigatório do Sisvol, ampliando a transparência, padronização e rastreabilidade das ações.

O Programa conta, atualmente, com adesão de 255 (duzentas e cinquenta e cinco) unidades organizacionais, das quais 122 (cento e vinte e duas) estiveram ativas ao longo de 2025 (dois mil e cinte e cinco).

Conselhos de Unidades de Conservação

O Instituto superou a meta com 81% de Conselhos ativos, consolidando mais de 91% das UCs com Conselhos instituídos (313 UCs). Foram criados 9 novos conselhos, atualizadas composições em 16 UCs e homologadas representações em 41 unidades. A CGSAM também estruturou, com recursos do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (*Amazon Sustainable Landscapes - ASL*) o novo sistema de monitoramento da efetividade dos Conselhos, incluindo a produção da versão final do Manual de aplicação dos Protocolos de Avaliação e Monitoramento de Efetividade dos Conselhos Gestores.



ESTAÇÃO ECOLÓGICA RASO DA CATARINA
Acervo ICMBio: Leonardo Milano



Educação Ambiental

A Coordenação de Educação Ambiental e Formação Cidadã (COEDU) liderou ações estruturantes como o III Encontro Nacional das Juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais, que mobilizou 150 jovens e teve como principal resultado a consolidação das bases para o Programa de Educação Ambiental das Juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais, a ser instituído via Portaria do Instituto Chico Mendes. O Instituto apoiou a Escola das Marés e das Águas, garantindo acesso de comunidades tradicionais a ensino superior, beneficiando 150 jovens.

Também foi realizada Chamada de Projetos de Educação Ambiental voltado às unidades descentralizadas do Instituto Chico Mendes. Foram selecionados 14 (quatorze) projetos e, dentre esses, 10 (dez) projetos em educação ambiental foram executados com recursos orçamentários, beneficiando diretamente cerca de 1050 (mil e cinquenta) pessoas. Os projetos fomentados tiveram como objetivo ampliar e qualificar a participação social, visando o fortalecimento dos instrumentos de gestão da UC e processos e espaços da gestão pública da biodiversidade.

Economias da Sociobiodiversidade e Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais

Em 2025, a Coordenação-Geral de Articulação de Políticas Públicas e Economias da Sociobiodiversidade (CGPT) avançou significativamente na promoção da inclusão produtiva, melhoria das condições de vida e fortalecimento das economias tradicionais em Unidades de Conservação federais.

No eixo de fomento econômico, foi estruturada e iniciada uma estratégia piloto de acesso ao crédito PRONAF em duas UCs, acompanhada de avanços normativos relevantes junto ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, resultando em novas resoluções que facilitam o acesso ao crédito rural sustentável para povos e comunidades tradicionais. Mais de duas mil famílias obtiveram o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), reduzindo barreiras ao crédito e criando bases para expansão da sociobioeconomia.

Na agenda de inclusão produtiva, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), vinculada ao Programa Bolsa Verde, foi implementada em quatro UCs, beneficiando 2.546 famílias e resultando em oficinas territoriais, seminários interinstitucionais e planos de ação pactuados para ampliar o acesso a políticas estruturantes como PRONAF, PAA e PNAE. Os levantamentos sociais coordenados pela Coordenação de Informações para o Bem-Viver (COBEM) alcançaram 63 UCs, com mais de 82 mil formulários aplicados, o que permitiu a indicação de 65.175 famílias ao Programa Bolsa Verde, meta totalmente cumprida.

No fortalecimento das economias da sociobiodiversidade, especialmente da pesca artesanal, foram realizadas oficinas regionais e validado o diagnóstico nacional, culminando na publicação do relatório “Planejamento do Fortalecimento das Economias da Sociobiodiversidade nas UC Marinhas e Costeiras” e na elaboração de quatro planos de trabalho para promover atividades sustentáveis em UCs costeiras e marinhas. Também se destacam as ações de articulação social e de infraestrutura, como a implementação do Programa Cisternas em 15 UCs da Amazônia Legal, beneficiando 2.676 famílias com acesso à água potável. A parceria com o INCRA viabilizou ainda crédito instalação para 2.717 famílias de RESEX, totalizando R\$ 22,5 milhões aplicados e superando em 81% a meta inicialmente prevista.

Os resultados consolidados demonstram o papel estratégico da CGPT na promoção do bem viver, no fortalecimento das economias tradicionais e na ampliação do acesso a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioambiental em Unidades de Conservação federais.

Consolidação Territorial

Em 2025, a Coordenação-Geral de Consolidação Territorial (CGTER) registrou avanços estruturantes na segurança jurídica, regularização fundiária e consolidação dos limites das Unidades de Conservação (UCs) federais, elementos centrais para fortalecer a proteção dos ecossistemas brasileiros e a governança territorial das áreas protegidas.

No eixo de consolidação de limites, o Instituto superou amplamente a meta anual, com 52 UCs beneficiadas por ações de verificação, refinamento, demarcação e sinalização – evidenciando ganho significativo em precisão territorial e prevenção de conflitos. Complementarmente, 19 imóveis foram georreferenciados e 707 (setecentos e sete) requerimentos de georreferenciamento de imóveis sobrepostos a Unidades de Conservação foram analisados e deferidos no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).

A agenda de regularização fundiária também avançou de forma decisiva. A meta de imóveis regularizados foi superada, alcançando 1.301 imóveis incorporados ao domínio público por meio de desapropriações e doações para compensação de reserva legal. Foram 25 imóveis indenizados, somando R\$ 54 milhões investidos e 4.419 ha agregados às UCs. A política de compensação de reserva legal ganhou força após a publicação da IN nº 24/2025, resultando no recebimento de mais de 100.000 imóveis, equivalentes a 61.714 ha, evitando gastos estimados em cerca de R\$ 180 milhões em desapropriações.

A modernização normativa foi outro marco. A IN nº 24/2025 reformulou o recebimento de imóveis por doação e consolidou a compensação de reserva legal como instrumento ágil e eficiente de regularização. Já a IN nº 35/2025, revogou a IN nº 04, de 2 de abril de 2020, aprimorando os procedimentos de desapropriação e indenização, trazendo maior segurança jurídica e descentralizando processos. A celebração de CCDRUs em seis UCs de Roraima ampliou a ordenação territorial e o reconhecimento de direitos de uso.

A CGTER também avançou no desenvolvimento de sistemas e inteligência territorial, com o primeiro ano de execução do acordo ICMBio-MDA, responsável por desenvolver o Sistema de Gestão e Regularização Fundiária das UCs, que integrará plataformas públicas e qualificar a transparência e o processo decisório. Somam-se a isso 25 diagnósticos fundiários realizados no Amazonas, essenciais para orientar ações de regularização, prevenção de conflitos e planejamento estratégico.

O fortalecimento da capacidade institucional foi garantido por meio da capacitação de 118 servidores em temas como cadeia dominial, avaliação de imóveis, uso de drones e diagnóstico fundiário. A oficina de Cadeias Dominiais, realizada em João Pessoa, tornou-se referência na formação técnica necessária para a futura descentralização dos processos. A nomeação de 12 novos servidores completou o reforço operacional da área.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 pela CGTER refletem avanços consistentes no cumprimento das diretrizes e dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico “Terras da Conservação da Natureza: Estratégia de Regularização Fundiária para Unidades de Conservação Federais”, contribuindo diretamente para o fortalecimento e a consolidação territorial das UCs federais.



PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU
Acervo ICMBio: Mauricio Andrade

Estratégias para Conservação de Espécies e Habitats

Avaliação do Risco de Extinção de Espécies da Fauna Nativa Brasileira

Em 2025, o ICMBio superou a meta estabelecida de 1.500 espécies avaliadas, alcançando o total de 2.078 avaliações de risco de extinção. O desempenho reflete o fortalecimento institucional do processo conduzido pela Coordenação de Avaliação do Risco de Extinção de Espécies da Fauna (COFAU) e pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPcs), apoiado pelo Sistema SALVE, que organiza, monitora e divulga informações sobre a fauna brasileira. Ao longo de 2025, foram realizadas 16 oficinas de avaliação, reunindo aproximadamente 400 especialistas em grupos diversos, como invertebrados, anfíbios, peixes, répteis, aves e mamíferos.

Foram também validadas 2.824 avaliações produzidas entre 2024 e 2025, possibilitando o envio ao MMA de uma nova proposta de atualização da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção. A proposta incluiu 1.280 espécies classificadas em categorias de ameaça e outras 10 espécies reconhecidas como extintas ou regionalmente extintas. O novo conjunto de dados indicou a necessidade de incluir 282 novas espécies na lista nacional e de excluir 255, com base em informações atualizadas e em resultados positivos de conservação.

Em 2025, foram publicadas 4.700 novas fichas no Sistema SALVE, totalizando 14.000 fichas disponíveis ao público. A parceria com a UICN foi fortalecida, com destaque para a participação do ICMBio no Congresso Internacional da IUCN, ampliando o alinhamento entre avaliações nacionais e globais. Também foi publicado o documento “Panorama do Estado de Conservação da Fauna Brasileira”, contendo análises comparativas entre os ciclos 2009-2014 e 2015-2023.

Programas de Manejo Populacional

Em 2025, a criação da Divisão de Apoio à Implementação de Ações de Conservação (DICON) fortaleceu a coordenação dos Programas de Manejo Populacional, centralizando esforços antes dispersos e integrando ações à estratégia da Coordenação-Geral de Estratégias para Conservação (CGCON).



Principais Resultados do Programa de Manejo Populacional

Publicação de três Programas de Manejo Populacional:

Mico-leão-dourado, Perereca-pintada-do-rio-pomba e Tamanduá-bandeira

Realização de oficinas para elaboração e revisão de programas para:

Arara-azul, arara-azul-de-lear e ararinha-azul

Sagui-da-serra-escuro, miquiqui-do-sul e mico-leão-de-cara-dourada

Surubins e Ophthalmolebias

Durante o ano, a DICON ampliou sua atuação ao integrar a Rede Brasileira de Translocação para Conservação (RBTC), contribuindo para a harmonização de diretrizes e boas práticas no manejo, monitoramento e avaliação de riscos na translocação de fauna.

Adicionalmente, participou da COP-20 da CITES, colaborando para avanços na atualização dos Apêndices I e II, com destaque para espécies de tubarões, raias, aves do gênero *Sporophila* e preguiças. Também apoiou a elaboração do Plano de Ação Territorial dos Sertões do Ceará, fortalecendo ações de conservação no território.



PARQUE NACIONAL MARINHO DE ABROLHOS
Acervo ICMBio: Enrico Marcovaldi

Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PANs

Em 2025, o ICMBio superou a meta de contemplar 81% das espécies ameaçadas com PANs, atingindo 82% de cobertura, o equivalente a 1.031 espécies distribuídas em 41 Planos de Ação Nacional (considerando as 1254 espécies da fauna ameaçadas de extinção, conforme Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, e MMA Nº 354, de janeiro de 2023). Os PANs mantiveram seu papel como instrumentos estruturantes da política pública de conservação, articulando ações entre instituições, especialistas, unidades de conservação e sociedade civil. Destaca-se que, atualmente, 11 dos 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPCs) coordenam os PANs e constituem pilares estratégicos para a conservação da biodiversidade, atuando de forma integrada na produção de conhecimento científico, na gestão ambiental e na articulação intra e interinstitucional.



Figura 7 - Panorama do Estado de Conservação da Fauna Brasileira - Análises a partir de dois ciclos de avaliação do risco de extinção.

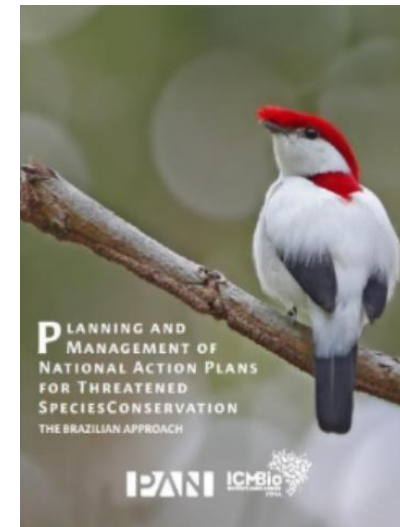


Figura 8 - Capas das versões em português e em inglês do Sumário Executivo Planejamento e Gestão de Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção: a Estratégia Brasileira.

No exercício foram publicados 12 novos ciclos de PANs, abrangendo grupos como albatrozes e petréis, aves dos campos sulinos, canídeos, corais, grandes felinos, primatas e tubarões, entre outros. Foram promovidas 42 oficinas técnicas para elaboração, implementação e monitoramento dos planos, e a chamada interna da DIBIO resultou na aprovação de 102 propostas, das quais 76 foram executadas parcial ou integralmente, com investimentos superiores a R\$ 2,5 milhões. Esse esforço foi potencializado por iniciativas como GEF-Terrestre, GEF Pró-Espécies e GEF-Mar, ampliando o alcance territorial e temático das ações em diferentes biomas.

Diversas ações de campo foram realizadas no âmbito dos PANs, incluindo expedições científicas, monitoramentos, oficinas e desenvolvimento de protocolos técnicos, com destaque para a conservação de insetos polinizadores, tubarões e raias, ariranhas, canídeos e grandes felinos. Também houve avanços em análises genômicas no âmbito do Projeto Genômica da Biodiversidade Brasileira (GEB), contribuindo para o manejo populacional e definição de áreas prioritárias.

A transparência foi ampliada com a disponibilização de dados em plataformas como o Portal Brasileiro de Dados Abertos, a INDE e painéis em Power BI, além da publicação do Sumário Executivo da Estratégia Brasileira para PANs, em português e inglês. O Instituto também apresentou resultados em eventos institucionais de pesquisa e iniciação científica.



Manejo de espécies exóticas invasoras (EEI) em UC federais

Em 2025, o ICMBio consolidou avanços na gestão das espécies exóticas invasoras com o fortalecimento da Coordenação de Manejo de EEI (CMEEI), que completou três anos de atuação. Destaca-se a publicação da Portaria ICMBio nº 510/2025, que reconheceu a Lista de EEI em UCs federais e instituiu instrumentos como o Roteiro de Atualização e a Ferramenta de Priorização por UC, ampliando a capacidade decisória dos gestores. Complementarmente, a Instrução Normativa ICMBio nº 19/2025 estabeleceu diretrizes para prevenção, controle e erradicação, além de formalizar procedimentos para detecção precoce, resposta rápida e elaboração de planos específicos e de prevenção vinculados a empreendimentos licenciáveis.

Diagnóstico das Invasões Biológicas em UC Federais

Foi concluído o segundo ciclo de atualização da lista de espécies exóticas invasoras (Portaria nº 510/2025), com ampliação de 290 para 316 espécies registradas, distribuídas em 258 UCs (75% das unidades federais). O resultado reflete o aprimoramento do monitoramento e do conhecimento sobre as invasões, oferecendo visão abrangente da ocorrência dessas espécies, sem indicar necessariamente aumento do problema ou seus impactos ecológicos.

Capacitação e Suporte Técnico às Unidades de Conservação

O ICMBio reforçou a qualificação das equipes por meio de ações de capacitação e disseminação de informações. Destaca-se o evento “Invadindo Seu Dia”, com 10 encontros, 31 palestrantes e média de 52 participantes, além de visualizações no YouTube. A página temática de EEI na Rede ICMBio foi atualizada, e o Calendário de Espécies Exóticas Invasoras (2025), com 600 exemplares, foi distribuído a UCs e parceiros, ampliando as ações de sensibilização e orientação técnica.

Planejamento e Respaldo Institucional para Estratégias de Manejo

O Instituto avançou no planejamento e suporte institucional para o enfrentamento de espécies exóticas invasoras nas UCs, com orientação para elaboração de planos específicos de manejo. Foram concluídos dois planos, enquanto outros tiveram implementação monitorada ou permaneceram em elaboração. Destacam-se a publicação do Roteiro de Planos de EEI (IN ICMBio nº 19/2025) e a emissão de 27 autorizações de manejo, além de 24 projetos em análise, evidenciando a crescente demanda por ações de controle nas UCs.

Mobilização de Recursos Humanos e Financeiros

O ICMBio intensificou a mobilização de recursos para o manejo de espécies exóticas invasoras, com aprovação de projeto para controle de javalis no âmbito da Conversão de Multas Ambientais. Também avançaram iniciativas com Compensação Ambiental em 52 UCs (R\$ 30,5 milhões) e projetos via Fundações de Apoio em 37 UCs (R\$ 12,8 milhões). Destaca-se a Chamada Pública BNDES Biodiversidade, com R\$ 80 milhões para controle de EEI em 13 UCs insulares, além do apoio de bolsistas, fortalecendo a gestão de planos e projetos.

Restauração Ecológica

O ICMBio avançou no diagnóstico e na restauração de áreas degradadas em Unidades de Conservação (UCs). Em 2025, 54 UCs tiveram áreas degradadas mapeadas, totalizando 326 mil ha, dos quais 32 mil ha foram considerados aptos para projetos de restauração. Nos últimos cinco anos, já foram diagnosticados 773 mil ha em 118 UCs, possibilitando a restauração de 10,2 mil ha, com investimentos de cerca de R\$ 250 milhões, beneficiando 46 UCs.

Como estratégia inovadora, o governo está utilizando o modelo de concessão florestal para restauração, no qual empresas privadas recuperam áreas degradadas em troca da exploração sustentável de produtos e serviços, como créditos de carbono. Em 2025, foi lançado o edital da Floresta Nacional do Bom Futuro, consolidando esse modelo.

Para 2026, prevê-se a publicação de seis novos editais de concessão de restauração. A expectativa é que, até o fim de 2026, 60 mil ha estejam em processo de restauração, gerando emprego, renda e fortalecendo cadeias produtivas de base florestal, além de contribuir para a biodiversidade e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Avaliação de Impactos Ambientais

Planos de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade - PRIM

Em 2025, o ICMBio publicou o PRIM-Mineração, quarto produto da série de Planos de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade. O plano apresenta alternativas para compatibilizar conservação ambiental e atividades minerárias, incorporando bases de dados robustas, metodologias refinadas de levantamento e técnicas avançadas de modelagem ecológica.

Trata-se do primeiro instrumento federal a estimar riscos potenciais associados ao rompimento de barragens de rejeitos, considerando a vulnerabilidade da biodiversidade e do patrimônio espeleológico em escala de paisagem.

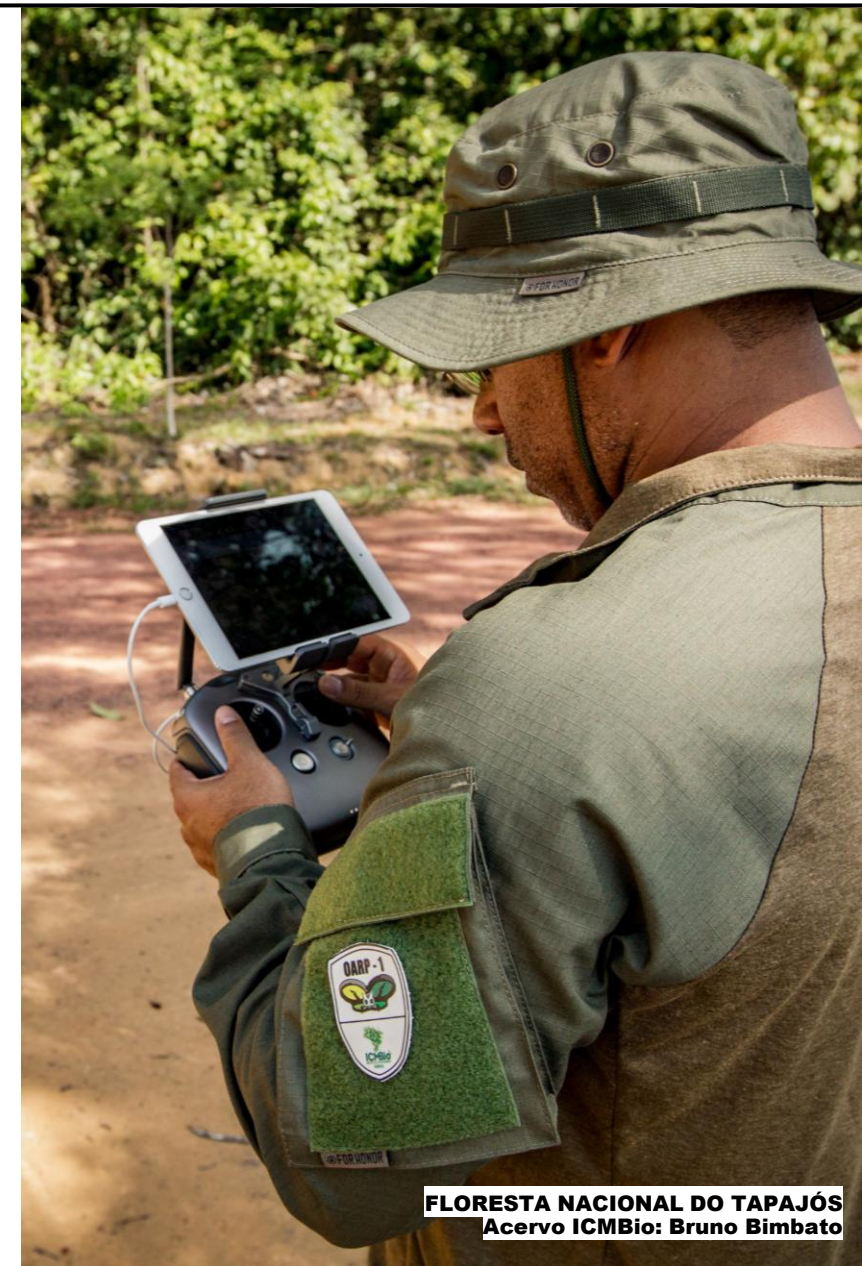
O PRIM-Mineração foi lançado durante o *19th International Congress of Speleology*, ampliando sua visibilidade internacional. Seus dados geoespaciais e materiais suplementares foram disponibilizados publicamente, promovendo transparência e apoio às tomadas de decisão.

Licenciamento Ambiental Federal

Em 2025, o ICMBio atingiu 53% de respostas aos processos de Autorização para o Licenciamento Ambiental (ALA) dentro do prazo, superando significativamente a meta de 28%. Foram emitidas 111 manifestações institucionais, mesmo diante de aumento de 10% na demanda, refletindo aprimoramento nos fluxos internos, na gestão de informações e na coordenação técnica.

O ano foi também marcado por mudanças estruturantes com a publicação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025), cujo impacto recairá plenamente a partir de 2026, redefinindo o papel do Instituto de órgão autorizativo para órgão consultivo.

Apesar do cenário normativo desafiador, houve avanços no Sistema SOALA, finalização do sistema COALA, consolidação do PMG-Licenciamento e início das atividades da COAD, que elaborou diagnóstico nacional sobre Autorizações Diretas, estimando mais de 24 mil autorizações diretas emitidas entre 2016-2025. Os cancelamentos de ALAs permaneceram abaixo de 10%, reforçando a eficiência técnica das análises, e foram gerados 494 mapas técnicos que fortaleceram a qualidade e transparência das manifestações ambientais.



FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS
Acervo ICMBio: Bruno Bimbato



Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade

Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora alcançou 78% de implementação (meta: 75%), mantendo estabilidade e avanço operacional. Das 129 UCs participantes, 106 estiveram operacionais, enquanto o restante seguiu em adequação ou retomada. No ano, foram ofertados 78 cursos, capacitando mais de 1.200 participantes em protocolos de monitoramento terrestre, costeiro e aquático.

Houve avanços na estruturação do componente Praia do Subprograma Marinho e Costeiro, testagem de novos protocolos em diferentes biomas, ampliação dos espaços de formação e encontros comunitários, e fortalecimento da transparência via redes sociais, portais institucionais e artigos científicos.

O Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade do Programa Monitora (SISMonitora) já possui 2.980 usuários cadastrados utilizando o sistema e realizando a gestão de aproximadamente 530 mil registros sobre diferentes alvos do Programa Monitora. Uma nova versão do sistema está em estágio avançado de desenvolvimento, prevista para ser disponibilizada nas próximas semanas, estando pendente apenas o processo de homologação da nova versão.

Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio - PEP ICMBio

O ICMBio superou a meta de 100% e atingiu 122% de implementação do seu Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento. Entre os principais resultados destacam-se:

- 60 projetos PIBIC executados (2024/2025) e início de 60 novos projetos (2025/2026).
- Desenvolvimento de 26 pesquisas institucionais e realização de 17 eventos científicos.
- Emissão de 2.934 autorizações SISBIO, o maior número em cinco anos.
- Instituição do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e publicação da Política de Inovação do ICMBio, consolidando a aderência ao Marco Legal de CT&I.

O período também foi marcado por novas chamadas públicas (Ex.: FAPESP, Fundação Araucária) e parcerias voltadas ao desenvolvimento tecnológico e integração de dados ambientais.

PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA
Acervo ICMBio: Marcel Favery

Emergências Climáticas e Epizootias

A Coordenação de Emergências Climáticas e Epizootias (COECE) atingiu 100% de atendimento às unidades demandantes (meta: 80%) e instaurou sete emergências oficiais (meta: 4), relacionadas a secas extremas, enchentes, tempestades, epidemias de fauna e incidentes tecnológicos. Ao todo, 81 UCs foram apoiadas em ações diretas e indiretas. Os destaques incluem:

- Emergência da Seca Amazônica: atendimento a 9.831 famílias (23.076 cestas básicas até dez/2025), com previsão de alcançar 11.717 famílias.
- Gripe Aviária (H5N1): monitoramento de 13 UCs, mobilizando 193 profissionais.
- Encalhes de fauna aquática: registros envolvendo peixes-boi, tucuxis e baleia-jubarte, com ações de resgate, necropsia, análise laboratorial e articulação interinstitucional.
- Lixão Ouro Verde (GO): ação conjunta de crise para mitigar danos ambientais.
- Tempestade de Granizo (RS): entrega de 90 cestas básicas para amenizar a situação de vulnerabilidade.
- Circovírus em Ararinha Azul: Foi instaurada emergência sanitária após a detecção de circovírus em sete ararinhas-azuis no CCCPRAA, mobilizando 63 profissionais em 212 dias de operação para ações de contenção, monitoramento e coleta de amostras.
- Navio à Deriva - Arquipélago SPSP: monitoramento e encerramento após confirmação de naufrágio sem risco ambiental.

Adicionalmente, foram ofertados cursos de Sistema de Comando de Incidentes (SCI-200 e SCI-300), ampliando a capacidade institucional de resposta a eventos extremos.

Revista Biodiversidade Brasileira

Além de apresentar um total de 87 artigos publicados em suas quatro edições de 2025 a Revista Biodiversidade Brasileira foi reestruturada, atualizou sua política editorial e teve aprovação para ingresso no Diretório de periódicos de acesso aberto (DOAJ), ampliando sua visibilidade internacional. Para divulgar suas ações, a revista vem desenvolvendo um trabalho consistente na rede social Instagram, ampliando o número de seguidores de 5.000 para 15.000.



Figura 9 - Capas das edições 2025.

4.2 Gestão de Pessoas e Competências

O ICMBio tem demonstrado seu compromisso contínuo em fortalecer sua equipe e aprimorar procedimentos e políticas de gestão de pessoas, alinhado ao Planejamento estratégico institucional e às diretrizes do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI sobre o tema. Com isso, busca-se fortalecer a gestão das UCs e a proteção da biodiversidade brasileira, bem como a modernização das atividades administrativas.



Força de Trabalho

Reforço do quadro efetivo: Nomeação de 437 servidores (150 Analistas Administrativos e 287 Analistas Ambientais), com reforço da capacidade operacional. Realização de remoções internas (37 servidores), promovendo melhor distribuição da força de trabalho.

Expansão da força temporária: Gestão de mais de 4.100 contratos de Agentes Temporários Ambientais - ATAs, com aumento de 40% e realização de 382 processos seletivos. A ampliação fortaleceu as ações finalísticas e demandou aprimoramentos na gestão.

Estágio: Atuação de 85 estagiários em 64 unidades, em 18 estados. A iniciativa apoiou as atividades institucionais e a formação de novos profissionais.

Em 2025, foi realizada a atualização das competências institucionais, alinhada às diretrizes da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e à realidade do ICMBio, resultando em um conjunto mais conciso para apoiar decisões estratégicas na gestão de pessoas. O próximo passo é a validação pelas unidades e aplicação de questionário aos servidores em 2026, além da utilização de painel dinâmico para consulta e análise das informações.

Programa de Gestão e Desempenho - PGD

Houve avanço na implementação do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, com ações de comunicação, monitoramento e capacitação, incluindo materiais orientativos, plantões de apoio e ambientes virtuais dedicados. Destaca-se a disponibilização de painel no sistema Petrvs para acompanhamento dos planos de trabalho e de entrega, bem como o monitoramento em todas as unidades, com apoio de pontos focais regionais. O modelo fortaleceu a gestão orientada a resultados, ampliou a produtividade, a transparência e a adoção de modalidades flexíveis de trabalho.

Fortalecendo a Capacidade Organizacional

O Projeto “Fortalecendo a capacidade organizacional no Brasil” foi desenvolvido no ICMBio em 2025 para definir indicadores de área meio e aprimorar a tomada de decisão e a gestão do desempenho. Conduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, em parceria com o MGI, o Instituto foi selecionado para implementação no Brasil. Como resultado, foi estruturado um Quadro Analítico de Desempenho com indicadores para Gestão de Pessoas, PGD e Finanças.



Capacitação

A educação corporativa no ICMBio, em 2025, consolidou-se como instrumento estratégico de desenvolvimento institucional, alinhada à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas e às diretrizes do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio, com foco no fortalecimento de competências para a gestão ambiental pública. As ações buscaram superar a lógica de treinamentos isolados, promovendo o desenvolvimento integrado de capacidades técnicas e institucionais, voltadas à resolução de desafios nos territórios e à qualificação da atuação dos servidores.

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas estruturou as ações do período, com 200 iniciativas planejadas e 114 necessidades atendidas, evidenciando a priorização de demandas estratégicas e a organização das ações de capacitação. As ações foram viabilizadas por cursos de demanda espontânea e eventos da ACADEBio, consolidando o PDP como instrumento orientador da política de desenvolvimento de pessoas.

Ao longo do ano, foram realizadas 1.073 ações de desenvolvimento, alcançando 2.953 servidores. A participação em cursos da ENAP ampliou o alcance das ações, com 646 eventos e 5.141 participantes. No total, foram registradas 28.156 certificações, evidenciando a capilaridade da educação corporativa.

Destacaram-se as formações em gestão da biodiversidade, gestão administrativa e fiscalização ambiental, com foco na integração entre conhecimentos técnicos, atuação institucional e realidade territorial. As iniciativas incluíram formações iniciais, cursos imersivos e ações de atualização, com metodologias ativas e aplicação prática na gestão ambiental pública.



Principais Ações de Educação Corporativa

Seminário de Formação em Gestão da Biodiversidade: 132 servidores

Curso de Formação de Fiscais Ambientais: 134 servidores.

Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade (FGBio): 204 servidores.

Curso de Formação em Gestão Administrativa (FGAdm): 91 servidores.

Curso de Atualização em Fiscalização: 350 servidores.

No campo institucional, houve avanço relevante no processo de credenciamento da ACADEBio como Instituição de Ensino Superior - IES apta à oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Após a conclusão da etapa de avaliação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e o atendimento às diligências da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES/MEC, o processo obteve parecer técnico favorável, reconhecendo a regularidade jurídica, a capacidade institucional e a adequação da infraestrutura. A proposta foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, com credenciamento por quatro anos, encontrando-se na fase final de homologação ministerial.



ACADEBIO
Acervo ICMBio: Breno Marinho



4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

As ações de Tecnologia da Informação - TI concentraram esforços na modernização tecnológica, na melhoria da infraestrutura e no fortalecimento da governança digital, em alinhamento ao Planejamento Estratégico 2025-2027 do ICMBio, e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Além de prover o Instituto com uma infraestrutura sólida e confiável, ampliou-se o acesso a ferramentas tecnológicas essenciais, contribuindo significativamente para o aumento da eficiência operacional das equipes em todo o país. Também foram aprimorados processos de governança de dados e segurança da informação, bem como políticas e diretrizes estruturantes, conforme ações e entregas a seguir detalhadas.

Operações Digitais

Conectividade das Unidades Descentralizadas: Formalização de termo aditivo com a Telebras viabilizou o uso de satélites de baixa órbita, com a implantação de 129 pontos de conectividade, ampliando o acesso à internet em unidades remotas.

Gestão de Acessos e Dispositivos: Modernização e centralização da gestão de acessos e inventário de estações de trabalho, na sede e unidades descentralizadas, com uso do Microsoft Intune e Entra ID.

Ambientes de Sistemas Corporativos: Aprimoramento das migrações e da preparação de ambientes, garantindo maior estabilidade, atualização tecnológica e suporte às áreas finalísticas, incluindo sistemas como DSpace, CKAN, DBGEO, DBCECOL, Tamar, Samge 2.0, Moodle, SIMRPPN, API Embargos, SICARF, SisFamílias, SISCOMP e SALVE.

Segurança da Informação: Implementação de medidas preventivas, como duplo fator de autenticação e controle de acesso por geolocalização, reduzindo riscos de ataques cibernéticos à infraestrutura e aos serviços de TI.

SEI em Nuvem: Contratação da Dataprev para operação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI! em nuvem, com início do processo de migração.

Licenças e Telefonia: Aquisição de 7.770 licenças de software de escritório e implantação de nova central de telefonia VOIP, com início da migração dos ramais.

Certificados de Segurança: Implantação de certificados SSL para domínios institucionais, garantindo conexões mais seguras e confiáveis.

Infraestrutura de TI: Aquisição de equipamentos para atender demandas de usuários e serviços do ICMBio.

Soluções Digitais

Governança de Dados: Retomada do desenvolvimento da Política de Governança de Dados do ICMBio, com apoio de cooperação internacional da GIZ, e teve como foco a organização e padronização das informações institucionais, incluindo a catalogação de dados e metadados e a implementação da plataforma CKAN. Essa iniciativa busca fortalecer a transparência, a gestão dos dados e o acesso público às informações produzidas pelo Instituto.

Repositórios de Código: Migração dos repositórios de código do GitLab para o GitHub, com o objetivo de alinhar o ICMBio às práticas modernas adotadas no mercado de desenvolvimento de software, contribuindo para processos mais automatizados, maior qualidade nas entregas e eficiência no ciclo de desenvolvimento dos sistemas institucionais.

Gestão de Dados: foi realizado o mapeamento das bases de dados institucionais e a inclusão de novas aplicações desenvolvidas em Power BI no catálogo de soluções corporativas, contribuindo para a organização e transparência das informações.

Painéis Dinâmicos: Otimização de recursos, evitando gastos desnecessários e direcionando investimentos para capacitação e para o fortalecimento do uso de ferramentas de *Business Intelligence* (BI). Destacam-se novos Painéis BI criados em 2025, tais como Controle de Aeronaves, Corregedoria e Autodiagnóstico, Gestão de Frotas, Planos de Manejo, entre outros.

Desenvolvimento e Inovação: Desenvolvimento Ágil, Low-Code e Integrações: Foram lançados novos aplicativos utilizando Power Apps, incluindo: E-Cartas; Emergência Ambiental; Autorização Direta.

Desfazimento de Equipamentos de TI: Elaboração da Política de Desfazimento de Equipamentos de TI, em andamento, com o objetivo de promover maior sustentabilidade no ciclo de vida dos ativos tecnológicos, alinhando o Instituto às boas práticas ambientais e de governança.

Governança de Nuvem: Implementação da Estratégia de Governança da nuvem, reforçando a segurança, a confiabilidade e o controle sobre os serviços hospedados no ambiente em nuvem do ICMBio, bem como permitiu maior padronização dos processos, mitigação de riscos e transparência na gestão dos recursos tecnológicos.

Segurança da Informação: além das atividades rotineiras de monitoramento, correção de vulnerabilidades, atualização de sistemas e tratamento de incidentes (como casos de senhas vazadas), foram alcançados importantes avanços estratégicos, destacando-se a nomeação formal de um servidor responsável pela Gestão de Segurança da Informação; a conclusão, dentro do prazo, dos Ciclos 4 e 5 do Framework de Privacidade e Segurança da Informação; e o restabelecimento do Comitê de Segurança da Informação, acompanhado da nomeação de novos integrantes.



4.4 Gestão de Licitação, Contratos e Patrimônio

Gestão Patrimonial

No exercício de 2025, foi realizado o Leilão nº 01/2025, com a alienação de 91 veículos, resultando em arrecadação total de R\$ 1.180.115,20, contribuindo para a renovação da frota e a racionalização dos custos de manutenção.

Licitações

Foram realizados 52 processos licitatórios, perfazendo o montante de R\$ 117.769.863,60:

Pregões Eletrônicos: 17 Pregões Eletrônicos realizados, totalizando o montante de R\$ 114.270.470,46, destinados, majoritariamente, à contratação de serviços continuados e especializados, à aquisição de bens, às soluções de tecnologia da informação e ao apoio logístico institucional.

Dispensa Eletrônica: 8 processos por Dispensa Eletrônica, que somaram o valor global de R\$ 214.152,60, utilizados para atender demandas específicas e pontuais, observados os limites legais e a necessidade de maior celeridade administrativa.

Inexigibilidade de Licitação: 27 processos de Inexigibilidade de Licitação, totalizando R\$ 3.285.240,44, para os casos de inviabilidade de competição, notadamente para serviços técnicos especializados, fornecimentos exclusivos e serviços públicos essenciais.

Tabela 3 - Processos licitatórios realizados em 2025, com os respectivos valores homologados

QUADRO DE LICITAÇÕES 2025					
Pregões Eletrônicos		Dispensa Eletrônicas		Inexigibilidade	
n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor
90005/2025	R\$ 113.313,28	112/2025	R\$ 17.600,00	77/2025	R\$ 2.600,00
90007/2025	R\$ 1.493.184,50	143/2025	R\$ 10.078,60	66/2025	R\$ 6.000,00
90004/2025	R\$ 5.427.828,00	157/2025	R\$ 36.290,00	90/2025	R\$ 13.587,00
90103/2025	R\$ 1.517.716,51	90002/2025	R\$ 6.650,40	95/2025	R\$ 2.027.891,40
90015/2025	R\$ 13.689.134,55	90004/2025	R\$ 32.928,00	101/2025	R\$ 2.350,00
90016/2025	R\$ 1.515,58	90007/2025	R\$ 50.000,00	75/2025	R\$ 70.861,68
90017/2025	R\$ 1.013.536,16	90008/2025	R\$ 25.430,00	88/2025	R\$ 62.257,60
90131/2025	R\$ 22.396.336,81	90009/2025	R\$ 35.175,60	87/2025	R\$ 19.797,00
90138/2025	R\$ 5.330.349,90	-	-	130/2025	R\$ 1.650,00
90008/2025	R\$ 3.975.244,32	-	-	110/2025	R\$ 405.655,46
90018/2025	R\$ 3.535.960,58	-	-	123/2025	R\$ 3.840,00
90023/2025	R\$ 2.917.545,48	-	-	126/2025	R\$ 57.900,00
90024/2025	R\$ 2.422.600,32	-	-	139/2025	R\$ 3.000,00
90021/2025	R\$ 20.779.013,73	-	-	149/2025	R\$ 4.800,00
90025/2025	R\$ 29.073.724,00	-	-	124/2025	R\$ 5.378,16
90108/2025	R\$ 560.918,74	-	-	80/2025	R\$ 3.660,36
90026/2025	R\$ 22.548,00	-	-	128/2025	R\$ 31.930,21
-	-	-	-	152/2025	R\$ 10.150,00
-	-	-	-	136/2025	R\$ 31.464,06
-	-	-	-	153/2025	R\$ 24.000,00
-	-	-	-	154/2025	R\$ 37.410,10
-	-	-	-	151/2025	R\$ 7.560,00
-	-	-	-	146/2025	R\$ 336.000,00
-	-	-	-	150/2025	R\$ 28.999,56
-	-	-	-	159/2025	R\$ 4.750,00
-	-	-	-	127/2025	R\$ 1.945,17
-	-	-	-	174/2025	R\$ 6.000,00
-	-	-	-	182/2025	R\$ 14.587,00
-	-	-	-	165/2025	R\$ 59.215,68
TOTAL:	114.270.470,46	TOTAL:	214.152,60	TOTAL:	3.285.240,54

Gestão de contratos de bens e serviços

Gestão de contratos formalizados:

Total de contratos: 71

Valor global: R\$ 123.780.959,27

Abrangendo serviços continuados, serviços especializados, fornecimento de bens, soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC), obras e serviços de engenharia, locações e utilidades públicas, com atendimento à sede, às unidades descentralizadas, aos centros de pesquisa e às coordenações finalísticas do ICMBio.

Atas de Registro de Preços:

Valor global: R\$ 19.779.514,96

R\$ 18.765.978,80 referentes à aquisição de bens (equipamentos de informática, veículos, mobiliário, sistemas de climatização, armamentos, medicamentos e materiais veterinários,);

R\$ 1.013.536,16 destinados à contratação de serviços especializados.

Serviços Comuns de Engenharia: Gestão de 19 iniciativas, com destaque para o atendimento à Sede do ICMBio/DF, em contrato anual de R\$ 3.128.278,50, incluindo manutenções prediais, impermeabilização de laje e readequação de layouts, além de serviços de divisórias e adequações conforme planejamento de ocupação no DF e GO, no valor de R\$ 5.330.349,90.

Serviços Especiais de Engenharia: Gestão de serviços especializados (projetos, laudos e pareceres), com valor contratual de R\$ 112.612,16, destinados à elaboração de projetos, emissão de laudos, pareceres e apoio técnico sob demanda.

Análise de Projetos Arquitetônicos: Análise de projetos como a Sede Administrativa do Parque Nacional de Jericoacoara/CE, o Centro de Visitantes de Trindade (Parque Nacional da Serra da Bocaina/RJ), o Posto de Informação e Controle Atins (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/MA) e a reforma com adequação de acessibilidade da Estação Ecológica de Guaraqueçaba.

Projetos Arquitetônicos e Fiscalização de Obras: Elaboração de projetos arquitetônicos e acompanhamento/fiscalização de obras em unidades como o NGI Roraima/RR, Floresta Nacional de Roraima/RR, Parques Nacionais do Viruá/RR, Pico da Neblina/AM, Ubajara/CE, Serra dos Órgãos/RJ e Iguaçu/PR, além da APA da Serra da Ibiapaba/CE, da sede da GR Sudeste (Parque Lage/RJ) e de outras UCs federais da Região Sul.

Levantamento de Demandas - Programa G7 (MG): Levantamento de 128 demandas de obras, serviços comuns de engenharia e projetos para as 7 UCs de Minas Gerais incluídas no Programa G7 - Parques Nacionais, abrangendo Grande Sertão Veredas, Serra do Cipó, Serra da Canastra, Caparaó, Serra do Gandarela, Sempre Vivas e Cavernas do Peruáçu.

Projeto de Acessibilidade - Cristo Redentor (Parna Tijuca): Concepção de projeto para adequação do acesso ao Cristo Redentor, com base no desenho universal, prevendo dois elevadores panorâmicos inclinados no local das escadas rolantes atuais, além da substituição destas por modelos mais modernos.

Diversos projetos de recuperação e/ou adequação dos espaços no Parque Nacional da Tijuca: com fiscalização das obras, incluindo projeto estrutural de recuperação dos contrafortes do mirante de contemplação ao monumento do Cristo Redentor; estudo e solução para implementar o acesso provisório ao monumento do Corcovado durante as obras de acessibilidade em andamento; adequação da Loja 01 do Corcovado para instalação de novos banheiros acessíveis, adequação do espaço da Loja 07 em um ambiente administrativo destinado aos servidores; fiscalização das obras de revitalização completa do Corcovado (lojas, acessos, acessibilidade, hall dos elevadores).

Gestão de contratos de bens e serviços

Obras Iniciadas em 2025: Início de 5 obras, com valor estimado de R\$ 10,0 milhões, incluindo construção e reforma da sede do NGI Roraima/RR; adequação e ampliação do Parque Nacional do Viruá/RR; ampliação de alojamento na Floresta Nacional de Roraima/RR; recuperação e ampliação do Parque Nacional do Pico da Neblina/AM; e demolição e construção da sede da Floresta Nacional do Araripe-Apodí/CE.



Gestão de Convênios

Em relação à Gestão de Convênios, em 2025 o Valor Total gerido no ICMBio foi de R\$ 106.137.476,81 e houve uma Contrapartida Total no valor de R\$ 12.470,40

Tabela 4 - Relação de convênios e valores geridos no ICMBio em 2025

Nº	Tipo	Conveniente	Vigência	Contrapartida	Valor
942302/2023	Termo De Fomento	Centro de Estudos e Pesquisas Formação e Brigada Ambiental Marcos Jordao - CEBAM (BMA)	03/11/2023 a 24/08/2025	R\$ 12.470,40	R\$ 1.152.915,40
948841/2023	Termo De Parceria	Fundação do Museu do Homem Americano - FUNDAM	29/12/2023 a 27/12/2026	R\$ 0,00	R\$ 2.400.000,00
952974/2023	Convênio	Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST	29/12/2023 a 06/07/2029	R\$ 0,00	R\$ 4.954.950,97
953479/2023	Convênio	Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST	29/12/2023 a 10/06/2029	R\$ 0,00	R\$ 5.123.018,00
953784/2023	Convênio	Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST	27/12/2023 a 30/06/2028	R\$ 0,00	R\$ 12.722.581,70
953492/2023	Convênio	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FACTO	29/12/2023 a 25/01/2029	R\$ 0,00	R\$ 4763879,64
950082/2023	Convênio	Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST	27/12/2023 a 26/01/2027	R\$ 0,00	R\$ 38.608.283,20
949535/2023	Convênio	Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST	20/12/2023 a 31/12/2026	R\$ 0,00	R\$ 460.000,00
968087/2024	Convênio	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FACTO	27/08/2024 a 27/08/2027	R\$ 0,00	R\$ 10.879.000,00
970433/2024	Convênio	Fundação Espírito Santense de Tecnologia - FEST	24/12/2024 a 09/12/2026	R\$ 0,00	R\$ 3.526.422,90
984436/2025	Termo De Fomento	Fundação do Museu do Homem Americano - FUNDAM	23/12/2025 a 23/12/2026	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00
982995/2025	Convênio	Fundação Apolonio Sales de Desenvolvimento Educacional - FADURPE	26/12/2025 a 18/12/2029	R\$ 0,00	R\$ 5.053.360,00
987517/2025	Convênio	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC	27/12/2025 a 26/12/2031	R\$ 00,00	R\$ 16.093.065,00

SEDE DO INSTITUTO CHICO MENDES
Acervo ICMBio



RESERVA BIOLÓGICA NASCENTES DA SERRA DO CACHIMBO
Acervo ICMBio: Bruno Bimbato

5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 Demonstrações Contábeis do ICMBio

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64, bem como as Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis e a respectiva Declaração do Contador, estão disponíveis na página do ICMBio. Os links para acesso a esses documentos constam na Tabela 5 - Localização das Demonstrações Contábeis do ICMBio.

Tabela 5 - Localização Demonstrações Contábeis do ICMBio

Descrição	Localização (Link)
Balço Orçamentário	Balço orçamentário 2025
Balço Patrimonial	Balço patrimonial 2025
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Demonstrações dos Fluxos de Caixa 2025
Demonstrações das Variações Patrimoniais	Demonstrações das Variações Patrimoniais 2025
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2025
Declaração do Contador	Declaração do Contador 2025
Balço Financeiro	Balço financeiro 2025

Gestão Orçamentária e Financeira

Balço Orçamentário

A seção abordará a execução orçamentária, comparando as receitas e despesas previstas e realizadas para apurar o saldo. As despesas serão discriminadas por categoria, detalhando a dotação inicial, a atualizada, os valores empenhados, liquidados, pagos e o saldo remanescente.

Arrecadação

As Receitas Totais são demonstradas na Tabela 6 - Receitas Totais (Exercícios 2025 e 2024) e no Gráfico 8 - Comparativo das Receitas Totais, com os valores arrecadados agrupados pelas principais fontes de receitas.

Tabela 6 - Receitas Totais - Exercícios 2025 e 2024 (R\$ mil)

Arrecadação por Fonte de Recurso	2025	2024	Varição % 2025/2024
Recursos de Concessões e Permissões - Florestas Nacionais (Fonte 1067000000)	8.285	11.083	-25,25%
Taxas e Multas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Processos Judiciais (Fonte 1052000189)	12.351	65.993	-81,28%
Recursos Próprios Primários (Fontes 1038000000 e 1050000189)	158.245	207.135	-23,60%
Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público (Fonte 1051000189)	2.677	0	100%
Total Arrecadação ICMBio	181.558	284.211	-36,12%



PARQUE NACIONAL DAS EMAS
Acervo ICMBio

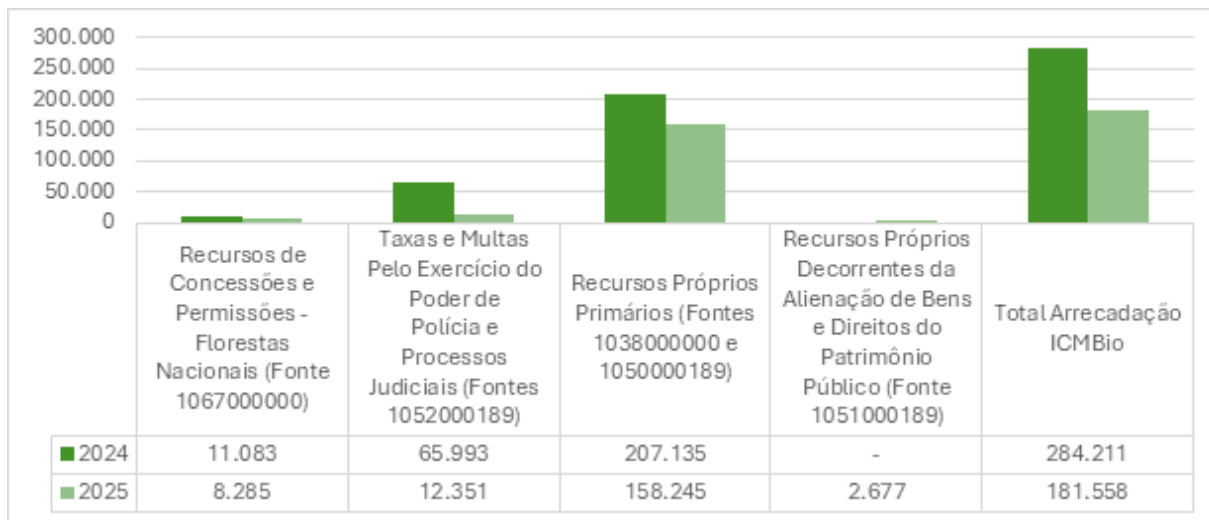


Gráfico 8 - Comparativo das Receitas Totais de 2025 x 2024.

As receitas provenientes de concessões e permissões nas Florestas Nacionais (FLONAS) representaram 4,56% do total arrecadado no exercício de 2025. As receitas de recursos próprios (fontes 1038000000 e 1050000189) representam as principais fontes de receita do ICMBio, totalizando expressivos 87,16% do arrecadado em 2025.

Essas fontes são responsáveis pela arrecadação decorrente de: concessões de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais; exploração de atividades de visitação (educação ambiental, preservação, turismo ecológico etc.); Autorizações de Supressão Vegetal (ASV).

A Tabela 7, a seguir, lista as Unidades de Conservação UCs que mais arrecadaram no exercício de 2025.

Tabela 7 - Receitas (Principais Unidades Arrecadoras - 2025)

Unidades de Conservação	R\$ mil
Parque Nacional da Tijuca - RJ	47.921
Floresta Nacional de Carajás - PA	29.844
Parque Nacional do Iguaçu - PR	22.514
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri-PA	22.302
UG Arrecadação 443032*	10.793
Reserva Extrativista do Rio Cajari - AP	7.472
Floresta Nacional de Saracá-Taquera - PA	7.186
Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha - PE	3.807
Parque Nacional de Brasília - DF	2.682
Floresta Nacional do Jamari - RO	2.489
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO	674
Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo - RJ	651
Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - PE	622
Floresta Nacional de Ipanema - SP	256
Total	159.213

* Arrecadações excepcionais com alienação de veículos (R\$ 2.676.557,81) e com a taxa de inscrição em Concurso Público (R\$ 7.998.501,00).

Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

A seguir, são apresentados os valores executados no exercício 2025.

Tabela 8 - Consolidado da Despesa Orçamentária e Financeira no exercício 2025 (R\$ mil)

Despesa Orçamentária	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
Despesas correntes	1.184.008	1.153.988	1.071.186
Pessoal e encargos	563.941	563.941	512.379
Outras despesas	620.067	590.047	558.807
Despesa capital	76.220	33.765	33.559
Investimentos	62.320	19.865	19.659
Inversão financeira	13.900	13.900	13.900
Total	1.260.229	1.187.754	1.104.745

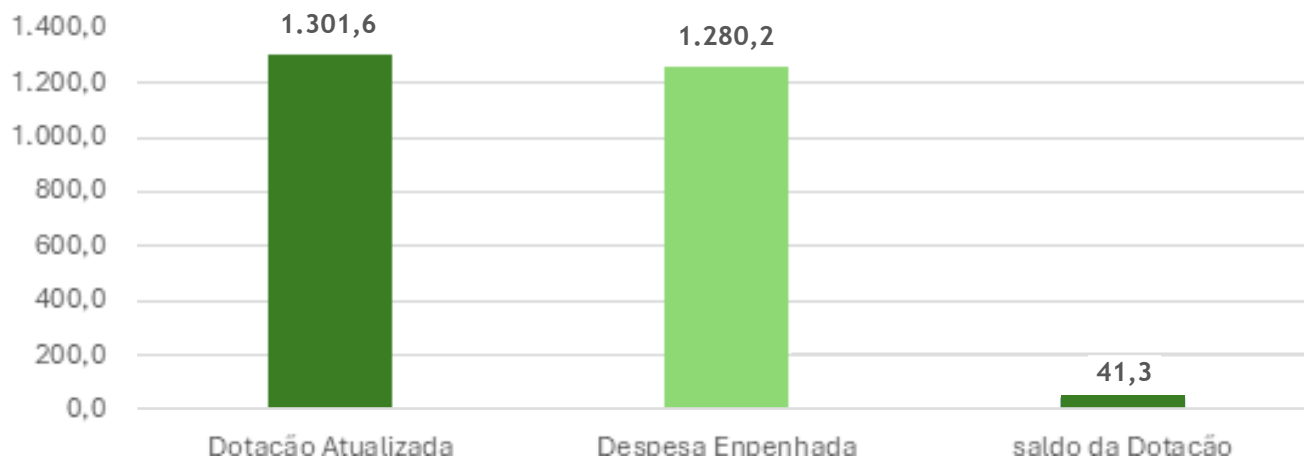


Gráfico 9 - Execução Orçamentária da Despesa (R\$ milhões).

A despesa empenhada corresponde a R\$ 1.260,2 milhões, aproximadamente 87,1% da dotação atualizada de R\$ 1.301,6 milhões. Desta forma, o saldo da dotação orçamentária foi de R\$ 41,3 milhões.



ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO FLORESTA DA CICUTA
Acervo ICMBio: Luiz Cláudio Marigo



Gráfico 10 - Despesa Empenhada, Liquidada e Paga (R\$ milhões).

Das despesas empenhadas no valor de R\$ 1.260,2 milhões, R\$ 1.187,7 milhões foram liquidados e R\$ 1.104,7 milhões pagos.

Restos a Pagar

No início do exercício de 2025, o saldo inicial de restos a pagar não processados inscrito em contas orçamentárias totalizou aproximadamente R\$ 77,5 milhões, R\$ 8,3 milhões inscritos em exercícios anteriores e R\$ 69,2 milhões inscritos em 31/12/2024).

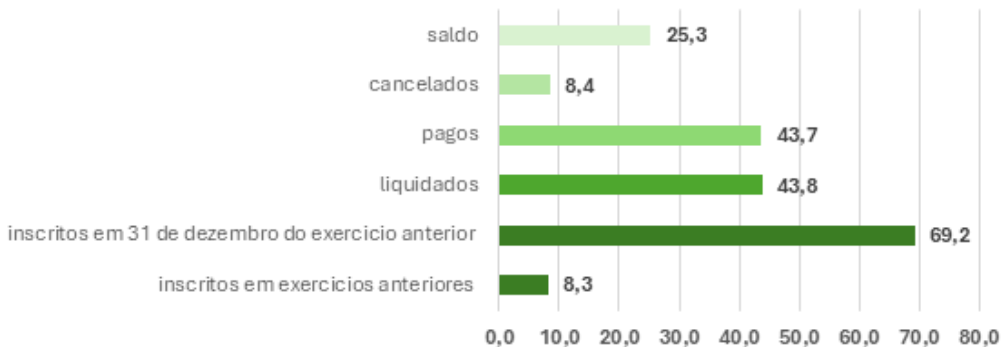


Gráfico 11 - Evolução Restos a Pagar não Processados (R\$ milhões).

Atualmente o saldo remanescente de restos a pagar não processados é de aproximadamente R\$ 25,3 milhões.

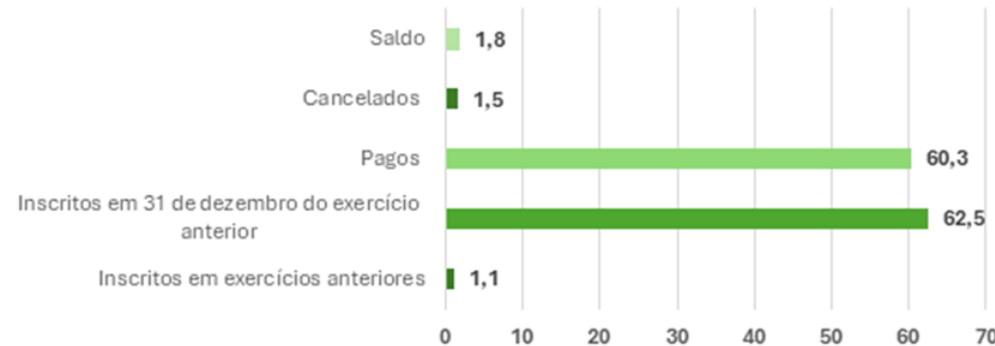


Gráfico 12 - Evolução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados (R\$ milhões).

O valor inscrito em exercícios anteriores (R\$ 1,1 milhão) somado com os inscritos no final de 2024 (R\$ 62,5 milhões) perfazem, aproximadamente, um total de R\$ 63,6 milhões. Permanece um saldo a pagar de R\$ 1,8 milhões.

Permanecem inscritos os seguintes valores em restos a pagar: 9,3 milhões referentes a restos a pagar não processados, somados, ainda, aos restos a pagar processados, no valor de R\$ 1,1 milhões, perfazendo a totalidade de R\$ 10,4 milhões:



Gráfico 13 - Montante de Restos a Pagar (R\$ milhões).

Permanecem inscritos em restos a pagar os seguintes valores: R\$ 25,3 milhões referentes a restos a pagar não processados e R\$ 1,8 milhão referentes a restos a pagar processados totalizando um montante de R\$ 27,1 milhões.

Gestão Patrimonial e Financeira

Balanco Patrimonial e Fluxo de Caixa

No Balanço Patrimonial estão representados a posição estática dos ativos e passivos do Instituto, bem como o resultado do período e o acumulado, ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial.

Tabela 9 - Resumo do Balanço Patrimonial por Grupo de Contas (R\$ milhões)

Ativo	2025	Passivo + PL	2025
Ativo circulante	510,2	Passivo	161,0
Ativo não circulante	18.045,5	Patrimônio Líquido	18.394,7
Ativo total	18.555,7	Passivo + PL total	18.555,7

O Balanço Patrimonial do ICMBio apresenta situação patrimonial líquida positiva (Patrimônio Líquido), ou seja, os ativos excedem a soma das obrigações em aproximadamente R\$ 18,3 bilhões. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos.

Ativo

Ativo Circulante: O item caixa e equivalentes de caixa integram o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Instituto e para os quais não haja restrições para uso imediato.

No acumulado até o encerramento do exercício de 2025 totalizaram R\$ 491,7 milhões.

Tabela 10 - Caixa (R\$ milhões)

Caixa	2025	2024
Caixa	491,7	559,5

Tabela 11 - Movimentação dos Recursos Financeiros das Atividades Operacionais e de Investimentos (R\$ milhões)

Caixa Inicial: 559,5				
Movimentação 2025				
Atividades Operacionais		Atividades de Investimentos		-
Ingressos	Desembolsos	Ingressos	Desembolsos	Resultado líquido
5.296,10	-5.313,50	2,6	-53	-67,7
Caixa Final: 559,5				

No exercício de 2025, os ingressos foram menores que os desembolsos, resultando em um fluxo de caixa líquido (geração líquida de caixa) negativo de R\$ (67,7) milhões.

Os Créditos a Curto Prazo correspondem, em sua maioria, ao reconhecimento de créditos provenientes de autos de infração ambientais pelo exercício do poder de polícia do Instituto aplicadas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A Tabela 12 apresenta comparativo do período 2025 com o exercício de 2024.

Tabela 12 - Créditos a Curto Prazo (R\$ milhões)

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	2025	2024
Demais créditos e valores de curto prazo	18,4	14,4
Adiantamento concedidos a pessoal, 13º salários, férias	1,0	2,8
Créditos administrativos diversos responsáveis	0,1	0,1
Créditos a receber	12,0	11,5
Créditos decorrentes de infrações ambientais	-	-
Adiantamentos termo de execução descentralizados	12,0	11,5
Estoques	-	-

Tabela 13 - Ativo Não Circulante (R\$ milhões)

Ativo Não Circulante	2025	2024
Ativo não circulante	18.045,5	12.930,0
Ativo realizável a longo prazo	2.043,8	2.043,8
Imobilizado	15.998,9	10.883,6
Intangível Softwares	2,5	2,5

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, enquanto tiverem vida útil definida.

Tabela 14 - Bens Móveis (R\$ milhões)

Bens Móveis	2025	2024	2023
Bens móveis	419,3	258,2	195,9
Depreciação	(87,2)	(89,3)	(66,2)
Valor Contábil Líquido	332,1	168,9	129,7

No exercício 2025, os bens móveis do Instituto, registrados no SIAFI, totalizam R\$ 419,3 milhões e o valor contábil líquido (descontada a depreciação, de R\$ 87,2 milhões) corresponde a R\$ 332,1 milhões.

Tabela 15 - Bens Imóveis (R\$ milhões)

Bens Imóveis	2025	2024
Bens imóveis	15.682,0	10.728,4
Bens de uso especial (parques, reservas, edificações)	15.465,1	10.528,1
Bens de uso especial não registrados	169,9	156,0
Bens imóveis em andamento, instalações e benfeitorias	42,4	44,0
Depreciação acumulada	(15,1)	(13,7)
Valor contábil líquido	15.666,9	10.714,7

Os bens imóveis do Órgão estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET e apropriados no SIAFI. Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de parques, reservas e edificações. Totalizam aproximadamente R\$ 15,6 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis.

Passivo

A Tabela 16 - Passivo Total apresenta comparativo entre os valores dos exercícios 2025 e 2024.

Tabela 16 - Passivo Total (R\$ milhões)

Passivo Circulante	2025	2024
Passivo Circulante	161,0	112,6
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist.	78,2	42,4
Fornecedores e contas a pagar	8,5	7,9
Transferências fiscais	3,8	-
Demais obrigações a curto prazo	70,2	62,0
Transferências recebidas a comprovar	19,1	36,9

Tabela 17 - Patrimônio Líquido (R\$ milhões)

Patrimônio Líquido	2025	2024
Patrimônio líquido	18.394,7	13.391,2
Resultado do exercício	2.063,5	1.633,2
Resultados de exercícios anteriores	13.387,3	11.812,20
Ajustes de exercícios anteriores	114,9	(54,2)

O total do patrimônio líquido, de R\$ 18,3 bilhões em 2025, tem a sua representatividade garantida pelo subgrupo Imobilizado, nas contas contábeis de título bens imóveis, já que este, no valor contábil líquido de R\$ 15,6 bilhões, corresponde a 85,1% do patrimônio líquido.

A Tabela 18 - Variações Patrimoniais demonstra, de forma agrupada e comparativa, as variações patrimoniais acumuladas que repercutiram no acumulado dos exercícios de 2025 e 2024.

Tabela 18 - Variações Patrimoniais (R\$ milhões)

-	2025	2024
Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA	7.573,8	4.332,7
Exploração de bens, serviços e direitos	157,7	180,0
Transferências e delegações recebidas	7.331,6	1.997,8
Valorização de ativos e desincorporação passivos	68,0	32,7
Outras VPA	16,2	2.122,0
Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD	5.510,2	2.703,2
Pessoal e encargos	633,1	513,5
Benefícios previdenciários e encargos	149,7	127,5
Uso de bens, serviços e consumo	429,2	336,0
Transferências e delegações concedidas	4.272,3	1.332,0
Desvalorização de ativos e incorporação passivos	21,2	385,1
Tributárias, outras VPD	4,2	4,4
Resultado Patrimonial do Período	2.063,5	1.633,2

O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e das diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. O resultado apurado, superávit ou déficit, será agregado ao resultado acumulado no balanço patrimonial, compondo o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo este.

5.2 Artefatos Contábeis

O detalhamento das contas, os critérios adotados pela gestão para os itens relevantes e as descrições narrativas são apresentados nas Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis e na Declaração do Contador.

Tais documentos são partes integrantes e essenciais do presente Relatório de Gestão. As Notas Explicativas fornecem informações adicionais e detalhadas que complementam os dados numéricos dos balanços e demais demonstrações financeiras.

O objetivo primordial é prover contexto suficiente para que os usuários – incluindo a sociedade, órgãos de controle e gestores públicos – possam compreender plenamente a posição orçamentária, financeira e patrimonial, bem como o desempenho da entidade no período.



GAVIÃO REAL
Harpia harpyja

Acervo ICMBio: João Marcos Rosa



6 CONVITE À SOCIEDADE

CUIDAR DA NATUREZA COM AS PESSOAS

O ICMBio convida a sociedade a conhecer, valorizar e se engajar na proteção das Unidades de Conservação, que conservam a biodiversidade e fortalecem comunidades, permitindo benefícios ambientais, sociais e econômicos às presentes e futuras gerações

Trilhas e Atividades ao Ar Livre

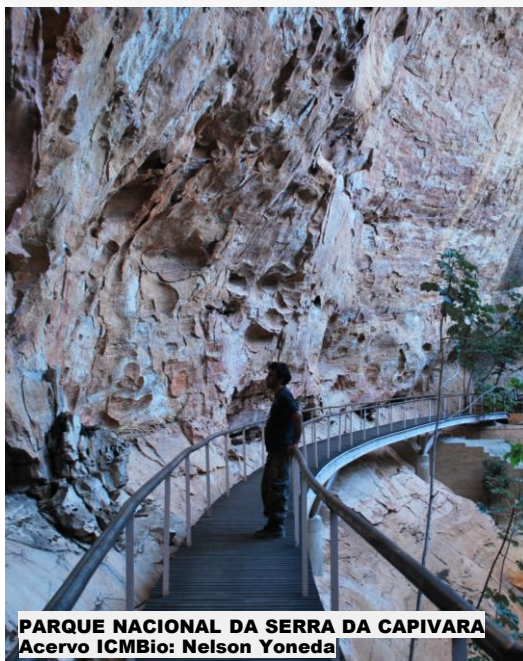
Passeios guiados, experiências em meio à natureza e momentos de lazer



PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA
Acervo ICMBio: Júnior Scandolara Claudino

Sítios Históricos e Culturais

Locais com riqueza histórica e cultural, como pinturas rupestres



PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA
Acervo ICMBio: Nelson Yoneda

Vivência de Tradições Locais

Contato com os modos de vida de comunidades locais



PARQUE NACIONAL E HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL
Acervo ICMBio: Flavio Forner

Valorização do Patrimônio Natural Brasileiro

Contemplação de paisagens e observação de fauna e flora



PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA
Acervo ICMBio: André Dib

VISITE | CONHEÇA | PRESERVE

FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS
Acervo ICBio: João Marcos Rosa



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO